



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

VÍVIAN MENDES CAMPOS MARIANO

CAMINHOS DA EVOLUÇÃO DA BIBLIOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA

Brasília
2024

VÍVIAN MENDES CAMPOS MARIANO

CAMINHOS DA EVOLUÇÃO DA BIBLIOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dra. Greyciane Souza Lins

Brasília

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Caminhos da evolução da Bibliografia enquanto disciplina

Autor(a): Vivian Mendes Campos Mariano

Monografia apresentada em **15 de Fevereiro de 2024** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Alberth Sant'ana Costa da Silva

Membro Externo (IBCT): Dra. Flor de Maria Silvestre Estela



Documento assinado eletronicamente por **Alberth Sant'Ana Costa da Silva, Usuário Externo**, em 16/02/2024, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Flor de Maria Silvestre Estela, Usuário Externo**, em 16/02/2024, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 16/02/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10918419** e o código CRC **1720E383**.

AGRADECIMENTOS

Foi um longo percurso para chegar até aqui. Aconteceram coisas inesperadas durante a faculdade, a perda do meu pai foi algo que me partiu e me deixou sem chão e perspectiva de sequer tentar continuar. Fui me obrigando para terminar, para dar orgulho ao meu pai e poder chegar na última etapa e sentir orgulho de mim por não ter desistido, quando o que eu mais queria era parar. Então hoje quero agradecer ao meu pai Jucemar por ter sido o melhor pai, o melhor companheiro e o meu melhor amigo, que sempre me apoiou independente das minhas decisões e espero que possa estar me acompanhando de onde estiver.

Quero agradecer cada pessoa que passou pela minha trajetória até chegar aqui, que contribuiu direta e indiretamente para que eu crescesse e me incentivou para continuar: meus familiares, as minhas amigas e companheiras de curso, as Invertidas, que por todo o curso foram sempre um ponta pé para não desistir; a minha amiga Rayssa, que apesar da distância sempre esteve comigo como se fosse de corpo e alma, sou eternamente grata por nossa amizade e por todos os anos de companheirismo e por me ajudar quando surtava com a monografia; as minhas companheiras e amigas de estágio, por me ouvir sempre pelo TCC, ter contribuído pela minha trajetória como profissional e pela suas amizades.

Agradeço a todos os meus psicólogos, que infelizmente alguns foram por um curto período, que me mantiveram em pé e fazer acreditar em mim novamente, a me escutar novamente e permanecer focada nos meus objetivos.

A minha namorada Giulia, a minha pessoa, obrigada por sempre estar comigo e nunca deixar eu desistir de mim mesma, acreditar que posso conquistar tudo que eu quiser e confiar em mim quando nem mesma eu queria. A sua força e acreditar me fez continuar, por sempre mostrar e relembrar verdades sobre mim em momentos ruins, me reerguer quando só queria desabar, não acreditei que um dia poderia concluir essa etapa na minha vida e se estou aqui é principalmente por sua causa, sou infinitamente grata e feliz por ter você em minha vida, eu te amo mil milhões.

“Palavras são, na minha não tão humilde opinião,
nossa inesgotável fonte de magia. Capazes de ferir
e de curar”

Harry Potter e as Relíquias da Morte

RESUMO

O trabalho investiga a Bibliografia enquanto disciplina. Tem como objetivo apresentar aspectos teóricos e históricos da Bibliografia, bem como: a) apontar os principais teóricos da Bibliografia; b) identificar os desdobramentos de pesquisa em Bibliografia; e c) sistematizar a teoria e prática da Bibliografia Material. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa exploratória bibliográfica, conduzida por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica. Demonstra-se que a disciplina passou por um longo período de estagnação, com poucos avanços nos estudos e obras bibliográficas, incluindo a falta do ensino da temática nos cursos de Biblioteconomia, especialmente no Brasil. Recentemente, tem-se observado um aumento nas pesquisas em espanhol e uma crescente importância da Bibliografia para o conhecimento histórico e cultural. Conclui-se que houve uma necessidade de uma remodelação no campo da Bibliografia e com isso uma separação dos meios tradicionais já existentes, podendo ser aplicada de maneira fluida em diferentes campos, incluindo a Bibliografia Material.

Palavras-chaves: Bibliografia; Bibliografia Material; Biblioteconomia; gestão da informação.

ABSTRACT

The work investigates Bibliography as a discipline. It aims to present theoretical and historical aspects of Bibliography, as well as: a) point out the main theorists of Bibliography; b) identify research developments in Bibliography; and c) systematize the theory and practice of Material Bibliography. The research has a qualitative exploratory bibliographic approach, conducted through documentary and bibliographic research. It is demonstrated that the discipline went through a long period of stagnation, with few advances in studies and bibliographical works, including the lack of teaching the subject in Library Science courses, especially in Brazil. Recently, there has been an increase in research in Spanish and a growing importance of Bibliography for historical and cultural knowledge. It is concluded that there was a need for a remodeling in the field of Bibliography and with this a separation of existing traditional means, which can be applied fluidly in different fields, including Material Bibliography.

Keywords: Library Science; Material Bibliography; Bibliography. information management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos a serem observados no colacionamento do livro raro	72
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conrad Gesner.....	33
Figura 2 – Obra “Bibliotheca universalis”	34
Figura 3 – Gabriel Naudé	35
Figura 4 – Obra “Advis pour dresser une bibliothèque”	36
Figura 5 – Gabriel Peignot	39
Figura 6 – Obra “Dictionnaire raisonné de bibliologie”.....	40
Figura 7 – Paul Otlet.....	41
Figura 8 – Obra “Traité de Documentation: le livre sur le livre”, edição de 2015.....	43
Figura 9 – Versão traduzida brasileira	43
Figura 10 – Edson Nery da Fonseca.....	44
Figura 11 – Obra “A New Introduction to Bibliography”	46
Figura 12 – Estudo da Bibliografia	51
Figura 13 – Prensa manual de mandeira.....	57
Figura 14 – Moldes de letras para impressão manual	57
Figura 15 – Molde de letra grega para impressão manual.....	58
Figura 16 – Fontes de letras, a) textura francesa do final do século XV usadas em Londres, b) textura holandesa de meados do século XVII	58
Figura 17 – Letras formais e de fogo usadas pelos sucessores de Gutenberg, b) letra inicial desenhada à mão.....	59
Figura 18 – Modelo de disposição da folha para impressão.....	60
Figura 19 – Máquina Fourdrinier, produção do papel em tiras sem fim	60
Figura 20 – Fontes das letras após as máquinas automáticas	61
Figura 21 – Outras formas de letras pós máquina automática.....	61
Figura 22 – Tipo de fonte	62
Figura 23 – Capa bicolor	63
Figura 24 – Capa com borda	63
Figura 25 – Marca tipográfica	64
Figura 26 – Exemplo de fonte primária para informação.....	67
Figura 27 – Transcrição de um registro de gravura	68
Figura 28 – Detalhe de um florão	69
Figura 29 – Técnica de graduva em madeira, conforme citação anterior.....	70
Figura 30 – Representação iconografica clássica	71

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecários
INL	Instituto Nacional do Livro
ISBD	Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada
ISO	Organização Internacional de Normalização
MARC	Catálogo Legível por Computador
PMLL	Planos Municipais do Livro e da Leitura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	14
1.2 Justificativa.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Bibliologia	15
2.2 Bibliografia.....	16
2.3 Evolução da Bibliografia	18
2.4 Bibliografia no Brasil	22
2.5 Principais nomes do estudo da Bibliografia	33
3 BIBLIOGRAFIAS, SEU USO E REPRESENTAÇÃO	47
3.1 Tipos de Bibliografia	49
4 COMPREENDER A TEORIA E PRÁTICA DA BIBLIOGRAFIA MATERIAL	51
4.1 Práticas da Bibliografia Material.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6 REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A Bibliografia possui múltiplas definições. Enquanto disciplina tem como principal característica o tratamento de documentos físicos, envolvendo teoria e prática. Uma das principais atividades bibliográficas é o repertório bibliográfico. Conforme Lara (2018) explica, a Bibliografia, no sentido de repertório, teve sua origem entre o final do século XV e ao longo do século XVI. No entanto, o uso generalizado do termo “Bibliografia” só ocorreu no século XIX, quando começou a ser incluído nos títulos dos repertórios.

De acordo com o Dicionário do Livro, o repertório é “uma obra de consulta composta por informações ordenadas segundo um determinado sistema, nas quais está contida a descrição de um texto impresso” (Malclés, 1985 *apud* Faria; Pericão, 2008, p.1070).

Enquanto disciplina material, a Bibliografia pode ser constituída como estudo da fisicalidade do livro. Tanto de um lado como do outro, desempenha papel importante na organização, disseminação, preservação e mediação do conhecimento.

Segundo Araújo (2015, p. 122), a “[...] palavra bibliografia indica a disciplina (Bibliografia), seu objeto de estudo (ligado aos métodos de produção de repertórios, aspectos da fisicalidade dos documentos, etc.) e o resultado dos processos documentários (as listas)”.

Com a evolução dos estudos e mudanças do crescimento de informações de forma acelerada, houve a necessidade de uma análise dos documentos para além do meio físico, permitindo estudos sobre os gêneros, perspectivas históricas e culturais. Almeida (2019) em sua análise do livro “Bibliografia e sociologia dos textos” de D. F. McKenzie cita a busca de compreensão da matéria como “uma área científica voltada à análise histórica dos processos sociais de produção, circulação e recepção dos textos”.

É importante analisar o histórico da bibliografia e seu caminhar em diferentes épocas e meios na qual foi apresentada, mas é possível perceber que a Bibliografia enquanto ciência foi tratada apenas como uma simples lista de livros, sem o olhar histórico e social que os documentos necessitam para que fossem transmitidos de forma clara e “a ausência da perspectiva bibliográfica é também uma ausência de uma perspectiva humanista em documentos, gêneros e perspectivas históricas e culturais” (Hjorland, 2015, p. 169 *apud* Menezes, 2015, p. 168-183).

A Bibliografia precisou de ampliação em seu conceito, saindo do meio científico, para que as mudanças na disciplina pudessem abarcar os diferentes ciclos de informação que nos é apresentado. McKenzie (2018) faz um importante questionamento para a disciplina, enquanto houver o apagamento das estruturas interpretativas dos textos mais difícil será a sua evolução

pois não haverá “[...] os meios adequados para representar os processos, as dinâmicas técnicas e sociais de transmissão e recepção de um leitor ou de todo um mercado deles” (p. 29).

Portanto, essa pesquisa tem como principal objetivo investigar os conceitos dessa ciência, o panorama histórico e as atividades práticas em que se envolvem na atualidade.

1.1 Objetivos

- Objetivo Geral

Apresentar aspectos teóricos e históricos da Bibliografia

- Objetivo específicos
 1. Identificar os principais teóricos da Bibliografia
 2. Evidenciar os desdobramentos de pesquisa em Bibliografia
 3. Apontar a teoria e prática da Bibliografia Material

1.2 Justificativa

Essa pesquisa se justifica pela sua importância para os profissionais da área de Ciência da Informação, em especial para a Biblioteconomia, pois resgata as histórias da área e traz técnicas de antigos livreiros, bibliófilos e bibliógrafos. Do ponto de vista científico, é importante reunir e consolidar as teorias acerca da Bibliografia pois é uma área que por muito tempo foi negligenciada. Portanto, esse estudo pode contribuir tanto do ponto de vista epistemológico para a Ciência da Informação, quanto do ponto de vista prático para as técnicas de tratamento bibliográfico, principalmente de obras raras.

O papel da Bibliografia como disciplina no século XXI pode abarcar o contexto atual da era digital, aplicada em diferentes ramos de forma fluída. Ela avança e engloba os assuntos conforme o crescimento informacional na Web, com possibilidade de facilitar e ampliar os produtos e serviços bibliográficos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o levantamento dos materiais, foram consultadas as bases Brapci, Scielo, Google Scholar e revistas online, como a Manuscrita, Em questão, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, e periódicos como a Encontros Bibli e a Revista Ciência da Informação e Documentação e também consultas a materiais disponíveis online, como a Internet Archive.

A literatura predominante sobre o tema é majoritariamente em inglês e francês, embora também existam materiais em espanhol. A pesquisa foi limitada pela dificuldade em localizar recursos focados no conteúdo da disciplina bibliográfica. Muitos dos materiais encontrados tratavam de revisões bibliográficas, bibliografias de autores, políticas públicas e educacionais. Além disso, foram recuperados materiais que abordam outras matérias e disciplinas, como Filologia, Sociologia, Crítica Genética, Literatura, História do Livro, Documentação, Cultura da Convergência, entre outros.

Assim, a estrutura do referencial é organizada da seguinte maneira: inicialmente, será abordada a definição de Bibliologia e Bibliografia, com o objetivo de distinguir esses dois tipos de trabalhos na literatura. Em seguida, será discutida a evolução da Bibliografia, o progresso histórico da disciplina e as razões para seu crescimento. Posteriormente, apresentaremos um contexto histórico da Bibliografia no Brasil e personalidades importantes que impulsionaram os estudos no país. Ao concluir esta seção, você terá acesso a informações sobre os acadêmicos que contribuíram significativamente para a Bibliografia, destacando o progresso da disciplina.

No terceiro capítulo, será discutido como o uso e a representação expandiram o escopo do estudo da Bibliografia, dando origem a diferentes vertentes. No último capítulo, concluiremos com a Bibliografia Material, uma das vertentes mais recentes da Bibliografia, compreendendo a teoria e a prática de diferentes materiais.

2.1 Bibliologia

Segundo Faria e Pericão (2008), a Bibliologia surgiu no final do século XVIII e foi se desenvolvendo ao longo dos séculos XIX e XX, foi uma ciência que passou de ser um estudo do livro para uma prática da escrita. Logo, as autoras descrevem a Bibliologia como a,

Ciência do livro. Ciência da comunicação escrita. Arte de discorrer sobre os livros e de falar deles com pertinência, tanto no que respeita à sua temática, como à sua

história. História crítica dos livros incluindo a sua origem, tema, tinta, suporte e forma interior e exterior, sua divisão em manuscritos, impressos e electrónicos (p.143).

A Bibliologia, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 48), é descrita como:

1. Conjunto das ciências e técnicas que se ocupam do livro e da escrita. 2. Parte da documentologia que estuda o livro sob todos os seus aspectos. Compreende a bibliotecnia, a bibliografia e a biblioteconomia" (fon). 3. Parte da bibliografia que estuda em geral o livro em seu aspecto histórico e técnico (nas); bibliografia histórica.

Pela perspectiva de Otlet (2018), a Bibliologia é “uma ciência geral que abrange o conjunto sistemático, ordenado, dos dados relativos à produção, conservação, circulação e utilização dos escritos e documentos de todo tipo”. Através de definições mais amplas e aprofundadas, a disciplina permitiria explorar novos avanços, abrangendo e permitindo a dominação de técnicas capazes de resolver novos problemas, consistindo na “ciência de todas os aspectos relacionados ao livro: síntese bibliográfica, ciência específica do livro, ciência de todas as questões específicas de livros” (p. 11-12).

Para os autores Rodrigues, Calheiros e Costa (2007) a Bibliologia tem como característica compreender a origem, evolução e produção do livro, capaz de organizar e salvaguardar em coleções especiais e segundo eles, “a Bibliologia é a ciência do livro, o corpo teórico da Análise Bibliológica que, por sua vez, implica o exame minucioso, beneditino, o colacionamento do livro raro página-por-página” (p. 35).

A análise bibliológica, segundo Greenhalgh e Manini (2015), desempenha um papel fundamental na preservação e proteção de livros raros. Consiste em um estudo minucioso das características de cada exemplar, abrangendo aspectos como a matéria-prima, as técnicas de encadernação utilizadas, o design empregado e até mesmo eventuais erros tipográficos.

Essa abordagem se revela uma ferramenta indispensável na identificação precisa dos exemplares, garantindo que não haja equívocos em relação às propriedades dos livros. Em suma, a análise bibliológica auxilia os bibliotecários na compreensão das principais características do material em estudo, proporcionando uma valiosa contribuição.

2.2 Bibliografia

Segundo Faria e Pericão (2008) a palavra bibliografia deriva de duas palavras gregas, *biblion* (livro) e *graphein* (escrever), usada originalmente no sentido de “escrever livros” e, posteriormente, no século XVI, houve a transição do significado para “escrever sobre livros”.

Disciplina que estuda os textos como formas conservadas, assim como os seus processos de transmissão, da produção à recepção. Como área do conhecimento, parte da bibliologia que estuda as técnicas de identificação e descrição de documentos e a ordenação dessas descrições. Disciplina que estuda o livro impresso enquanto objecto material, com o objectivo de traçar a história da produção e circulação do livro sob os aspectos técnico e cultural (Faria; Pericão, 2008, p. 136).

Por muito tempo, a Bibliografia teve como sua principal tarefa definir qual era o material mais confiável, “do ato de escrever, o sentido da palavra bibliografia se estendeu para o ato de descrever livros (manuscritos e impressos) e, posteriormente, mapear e representar os saberes e os conhecimentos neles contidos” (Araujo, 2015, p. 122).

Com o passar dos anos e as necessidades mudando, a Bibliografia pode evoluir para além de uma simples tarefa intelectual, passando para uma análise de como é a produção de um livro. No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 46), descreve a bibliografia como

1. "Ramo da bibliologia - ou ciência do livro - que consiste na pesquisa de textos impressos ou multigrafados para indicá-los, descrevê-los e classificá-los com a finalidade de estabelecer instrumentos (de busca) e organizar serviços apropriados a facilitar o trabalho intelectual. [...] 2. Produção sistemática de listas descritivas de registros do conhecimento, principalmente livros, artigos de periódicos e capítulos de livros, bem como de itens similares.

O histórico da bibliografia passou por diferentes evoluções e interpretações e é preciso conhecer sua função, seu valor para entender seu significado tornando possível compreender o contexto para que possa ser viável elaborar, consultar e planejar uma bibliografia, não havendo erros onde recursos de descrição ou referências não bibliográficas sejam intituladas como tal. (McCrank, 1979; Serrai, 1994; Beaudiquez, 1989 *apud* Alentejo, 2015).

Segundo os autores Araujo, Crippa, Saldanha (2015, p. 497) a bibliografia é “em sua constituição como ato organizador dos registros de conhecimento, se constitui como conjunto de práticas, regras e gestos.” Pelo olhar de Serrai (2001), citado por Araujo (2015), a bibliografia enquanto atividade, é o mapa do índice da ciência e da cultura, que se funda e expressa por meio do testemunho documental.

O ciclo de vida documental possui vários traços para a Bibliografia, por um lado surge da busca por promover a produção intelectual, para impulsionar o conhecimento da sua existência, e de outro como lugar de memória, dos registros e contribuições na área, desde o início da produção da humanidade até os dias atuais.

Considerada recentemente no campo da investigação científica, a bibliografia resulta da necessidade essencial de colocar ordem e fornecer acesso a grande massa documental, surgiu como elemento primordial nesse processo de ordenamento e transmissão bibliográfica (Harmon, 1998, p. 13, tradução nossa).

O trabalho do bibliógrafo foi e ainda é um trabalho em constante mudança e avanços, se engana quem pensa apenas como uma disciplina antiga e não tão atual quanto foi criada, usada nos mais diferentes contextos de produção do conhecimento, principalmente com a expansão das tecnologias.

2.3 Evolução da Bibliografia

À medida que o homem se compreendeu como sociedade e buscou registrar as informações, a sua cultura e acontecimentos ao seu redor, surgiram os primeiros registros da escrita. Anteriormente, a escrita restringia-se a modos de réplica muito limitados, cujo acesso era restrito a pequenos grupos de pessoas. Com o desenvolvimento da imprensa no século XV, a produção em massa dos livros o tornou mais acessível, mais rápido, reduzindo o tempo na sua produção e com o aumento da produção houve necessidade do cuidado em organizar a grande massa documental.

O objetivo principal era poder localizar materiais gráficos, facilitando o seu acesso para os conteúdos e conhecimentos sobre os livros e outros tipos de suportes, mas desde que começou a ser utilizado, o termo bibliografia tem gerado diversas interpretações, gerando dificuldade para que os estudos pudessem focalizar com as múltiplas representações, tanto na linguagem científica como no cotidiano, mudando suas expressões e seus significados.

Na França, século XVII, o bibliotecário Gabriel Naudé ganha destaque por sua obra *Bibliographia política* publicado em 1633, introduzindo pela primeira vez o termo “bibliografia” no sentido de descrição ou listas de livros, “[...] o termo bibliotheca apontava tanto para a significado de lista de livro quanto para um lugar que hospedava os mesmos” (Serrai; Sabba, 2005 *apud* Crippa, 2017).

Segundo Condit (1937, p. 564 *apud* ALENTEJO, 2015, p. 32-33) talvez pela primeira vez o termo bibliografia foi empregado sob o espectro profissional, o bibliógrafo, na obra

“Bibliographie Instructive” de 1763 do bibliotecário francês DeBure. Ainda segundo o autor, mesmo considerando a existência do trabalho bibliográfico desde a antiguidade, explica que o conceito de bibliografia foi compreendido praticamente quatro séculos antes por Conrad Gesner, em 1545 quando houve a primeira publicação da bibliografia geral internacional, e sendo batizado durante o século XVIII pelo DeBure.

O trabalho de Gesner tornou-se base de referência para o repertório bibliográfico (Lara, 2018), segundo o autor, a sua obra representava a biblioteca ideal que ele sugeriu às autoridades governamentais para a formação de instituições duradouras e estáveis, garantindo a preservação e acessibilidade do patrimônio livro (Balsamo, 1998 *apud* Peña, 2006).

Alentejo (2015) faz uma importante análise sobre as bibliografias nacionais brasileiras, que pelo tardar em começar o enfrentamento à sobrecarga bibliográfica, houve uma descontinuidade nas produções científicas nacionais, na qual Fonseca (1972) detectou e perdura até os dias atuais, Alentejo enfatiza que desde o século XIX, em países desenvolvidos, o campo da Bibliografia disponibilizava “produção científica nacional serviços e produtos bibliográficos especializados e de valor ao desenvolvimento técnico-científico” e países como o Reino Unido, França, Portugal, Espanha e Alemanha continuam desenvolvendo suas bibliografias nacionais correntes e disponibiliza para a população.

Nesse período, ocorreu a consolidação e organização do controle bibliográfico¹ das produções científicas. De acordo com Pinto (1987), os bibliotecários desempenharam um papel significativo no aprimoramento dos métodos de prática e publicação. Grandes instituições, como a Library of Congress, a UNESCO, a ISO e a IFLA, exerceram influência nesse processo. Conferências que reuniram especialistas permitiram a troca de ideias e experiências, enquanto a publicação de códigos e recomendações visava padronizar as práticas de controle bibliográfico.

Houve grande avanço dos repertórios nacionais correntes e começaram a aparecer literatura sobre bibliografia e bibliografias de bibliografia. Temos como exemplo o “Manual para livreiros e amantes de livros” de Brunet, de 1862, numa tentativa de repertório universal; e Innocencio Francisco da Silva, publicados em 23 volumes entre 1858-1923, o “Dicionário

¹ O controle bibliográfico desempenha o papel de analisar os eventos históricos relacionados ao controle da informação, com o propósito de avaliar e aproveitar toda a experiência acumulada ao longo do tempo, buscando uma compreensão aprimorada do que fazemos e porque o fazemos. Seu objetivo é aproveitar o conhecimento adquirido para obter uma visão mais aprofundada de nossas ações e motivações. (PINTO, 1987).

bibliográfico português”, como fonte bibliográfica para a bibliografia brasileira dos séculos XVIII e XIX.

Buckland (1997 *apud* Araujo, 2015, p. 123) enfatiza o rápido crescimento do número de publicações, tanto científicas como as técnicas e este “[...] crescimento teria exigido maior administração das técnicas de coleta, preservação, organização, representação, seleção, reprodução e disseminação de documentos”. O autor ressalta que não era mais possível que o termo bibliografia fosse designado a esses documentos, pois, era necessário algo a mais que a bibliografia tradicional e que a disciplina possui diferentes significados, ligados à técnica tradicional de produção de livros.

No final do século XIX, houve uma popularização da diferença entre catálogos e repertórios bibliográficos com a popularização de outros formatos que não os livros para a divulgação da obra intelectual. Ambos os formatos atendem a diferentes necessidades de informação e estabelecem padrões de registro diferentes. O uso dos catálogos para agrupar as diferentes coleções da biblioteca distanciou o usuário na busca e obtenção da informação na sua pesquisa de forma abrangente, muito diferente do repertório bibliográfico onde é possível recuperar pesquisas com um amplo leque de informações de forma física e digital do documento que procura. A demanda de formas de agrupar as bibliografias como um produto da pesquisa bibliográfica resultou em uma “[...] necessidade de obtenção de um produto satisfatório e estruturado, com descrição do conjunto de documentos que resolve ou complementa uma lacuna de informação” (Peña, 2006).

O trabalho de Gesner foi uma das primeiras tentativas de uma bibliografia universal, porém apenas no final do século XIX com Paul Otlet e Henri La Fontaine que o conceito de bibliografia científica e universal foi promovida com a criação do International Institute of Bibliography e o International Office of Bibliography, junto da ideia de Repertório Bibliográfico Universal. Os autores tinham como propósito a organização e sistematização do conhecimento, para que pudesse ser facilmente acessada por qualquer um. O trabalho em conjunto dos dois teve grande impacto nas produções bibliográficas e de sistematização da organização do conhecimento resultando na criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, sendo um dos primeiros resultados desse trabalho o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), decorrendo do desejo em criar um repertório que englobasse todo o conhecimento (POZZATTI et al, 2014).

No início do século XX, a Bibliografia emergiu sobre duas frentes específicas, a de nível nacional e a de especialização. A primeira decorrente da necessidade dos livreiros em ter um panorama de sua atividade editorial e a segunda resulta da necessidade das associações

profissionais em fornecerem a seus membros informações específicas em um prazo mínimo de tempo. Na segunda metade do século, com a popularização e o uso em grande escala dos computadores, teve como consequência o aumento da literatura científica e técnica (PINTO, 1987)

Ao longo do século XX emergiu instituições com o objetivo de promover o intercâmbio e o controle internacional da informação, como exemplo a IFLA promoveu trabalhos como a Conferência Internacional sobre Princípios de catalogação realizada em Paris em 1961, onde foi proposto um conjunto de princípios essenciais para a escolha e forma de entradas bibliográficas. Em 1961, foi organizado Encontro de Especialistas em Catalogação, em Copenhagen, que deu origem ao conceito de Descrição Bibliográfica Padrão Internacional (ISBD), cuja primeira edição foi publicada em 1974, onde continuou o trabalho de publicação e atualização das ISBDs para diferentes tipos de materiais bibliográficos, “tanto as entradas bibliográficas como as ISBDs foram estruturadas e desenvolvidas as Regras de Catalogação Anglo-Americanas, primeira e segunda edição (para que dois bibliotecários em qualquer parte do mundo possam criar os mesmos registros para o mesmo documento), bem como o formato MARC para manuseio adequado e padronizado de registros bibliográficos, por meio de bancos de dados por meio de computadores.” (Peña, 2006, p. 70)

Ainda segundo Peña (2006), no final do século, os organismos de normalização da área das bibliotecas junto com as associações profissionais de outras disciplinas, tinham proposto a International Standard Organization, ISO-690 para referências bibliográficas como base para a criação de registros bibliográficos padronizados internacionalmente para diferentes áreas de atividade. Com o tempo surgiram outros padrões bibliográficos em comunidades científicas, universidades ou sistemas de informação privados e lucrativos como o Institute for Scientific Information (ISI). Segundo Targino e Garcia (2000, p. 105), o ISI tem como objetivo “prover informações atualizadas e de qualidade aos pesquisadores, o que pressupõe a manutenção de produtos e serviços.”

Durante o século XX, à medida que os acadêmicos se interessavam cada vez mais pelos primeiros textos impressos, surgiu uma disciplina conhecida como "Nova Bibliografia". Reyes-Gómez (2010, p. 56-60) explica que os objetivos que se destinam à “Nova Bibliografia” derivam da “bibliografia tipográfica”, criada pelos ingleses na metade do Séc. XVII. Walter Greg e R. B. McKerrow, dois estudiosos ingleses, embarcaram em pesquisas que visavam desenvolver conceitos e métodos para estabelecer o corpus da bibliografia, com o propósito de realizar análises materiais dos livros. Essa disciplina, também chamada de Bibliografia Material, concentra-se no estudo dos aspectos históricos, descritivos, analíticos e críticos da

técnica de produção do livro e segundo David Finkelstein e Alistair McCleery essa área de estudo se desenvolveu devido ao crescente interesse dos estudiosos em compreender e analisar a produção dos primeiros textos impressos (David Finkelstein; Alistair McCleery, 2014 *apud* Araújo; Reis, 2016, p. 185).

A bibliografia enquanto disciplina deu base para a fundamentação de práticas e técnicas para outras disciplinas desenvolvidas posteriormente como a Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação principalmente na dimensão documental para elaboração e desenvolvimento de listas e repertórios bibliográficos, sendo ela a "[...] mãe de todas as disciplinas que estão envolvidos na organização e estruturação da comunicação escrita - no passado e hoje, registradas e transmitidas [...]" (Serrai, 2001, p. 80 *apud* Araújo, 2015, p.124).

Analisando a evolução da bibliografia enquanto ciência, é possível compreender o seu desenvolvimento refletir os sistemas de produção, transmissão e uso da informação. Percorreu do trabalho simples de inventariar livros, para ocupar-se do controle bibliográfico, sendo elaborados independente de suas estruturas e mudanças sociais e andando lado a lado com o avanço tecnológico.

Com a evolução da tipografia no século XV e as recentes tecnologias da informação e da comunicação dos séculos XX e XXI, o trabalho bibliográfico ampliou incansavelmente por conta da produção do conhecimento, das tecnologias de produção e divulgação da informação. Houve expansão do volume de publicações, variações dos suportes de registros, unidades do pensamento registrado, de modo a mudar as perspectivas de estudos da bibliografia.

2.4 Bibliografia no Brasil

A bibliografia nacional brasileira é marcada por diversas interrupções e atrasos nas primeiras iniciativas bibliográficas no país. Houve muitas omissões e muitas delas interrompidas diversas vezes, havendo uma lacuna de produtos e nenhuma padronização ou continuidade. A bibliografia nacional brasileira ainda enfrentou questões ligadas à política em determinados momentos da história, como censura e desvalorização do fomento à pesquisa no Brasil.

Segundo Juvêncio (2021, p.114-115), as bibliografias nacionais surgem da busca da identidade de seu povo, através do mapeamento da produção intelectual e sua construção "[...] tem relação estreita com a afirmação identitária." O histórico das bibliografias nacionais é capaz de mostrar o percurso que a nação teve enquanto desenvolvimento intelectual do seu país, momentos históricos, crises no país, mostra como foi capaz de se adequar ou como demandou

de seus profissionais da informação na busca de pesquisas. Períodos em que a nação sofreu com questões externas, afeta as produções intelectuais, sofrendo com inconsistências na bibliografia nacional, "[...] as repercussões de rupturas ou mudanças institucionais são sentidas em todas as esferas da sociedade [...] é natural que a forma como a informação circula no social também sofra consequência, reverberando na produção e disseminação de bibliografias, sobretudo as nacionais."

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 47) definem a bibliografia nacional como:

1. Bibliografia, geral ou especializada, que registra os documentos impressos no território de uma nação, seja qual for a língua desses documentos. 2. Bibliografia que registra os documentos publicados em qualquer país, em determinada língua. 3. Bibliografia que registra os documentos impressos no território de uma nação, em vernáculo ou em língua estrangeira, bem como os documentos em determinada língua, publicados em qualquer país. Pode ser corrente ou retrospectiva.

As bibliografias nacionais correntes “[...] procura registrar a produção bibliográfica da própria época em que foi ou está sendo compilada e constitui o registro da própria cultura de uma nação”, (Caldeira; Carvalho, 1980b, p. 210) enquanto a retrospectiva “[...] é o repertório que inclui todos os itens publicados em um determinado período do passado” (Caldeira; Carvalho, 1980a, p. 51).

Segundo Fonseca (1972) para referenciar as bibliografias correntes, relativo às publicações impressas no presente, tem como aspecto a periodicidade, seja ela semanal, quinzenal, mensal, trimestral etc. A sua importância de referenciar a bibliografia nacional corrente é poder ter a produção bibliográfica de uma determinada nação e o registro da própria cultura nacional. Ainda segundo Fonseca, existem dois requisitos fundamentais para a produção de uma bibliografia nacional corrente:

(1) acordo entre os editores mediante o qual um deles se encarrega da referenciação, em bases comerciais (exemplos: o Cumulative Book Index nos Estados Unidos e o Bíblia na França); (2) remessa obrigatória de todas as publicações (depósito legal) à Biblioteca Nacional ou a outro órgão, que produz a bibliografia sem fins lucrativos (o caso do Brasil) ou entrega essa produção a uma empresa, como ocorre na Grã-Bretanha, com a British National Bibliography (1972, p. 9).

Um dos elementos principais é a da preservação da memória e identidade de uma nação, e como obrigação o controle estatal, que pode ser derivada do depósito legal, como forma de preservar a memória intelectual, por conta de transformações ocorridas na língua, interesses

de pesquisas ou/e memória da produção intelectual para registro do conhecimento (Juvêncio, 2021, p.118).

O depósito legal foi estabelecido no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 433, de 3 de julho de 1847 e tem como objetivo assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional. A iniciativa de produzir uma primeira publicação de uma bibliografia nacional partiu da própria Biblioteca Nacional, sendo beneficiada com as remessas das publicações impressas no país (Fonseca, 1972).

A partir da união das bibliografias correntes, surgem as bibliografias nacionais retrospectivas, enquanto a seleção dos repertórios incluídos resulta nas bibliografias especializadas. É crucial destacar a importância desses repertórios, uma vez que a qualidade e o valor deles determinam a qualidade e o valor de todos os outros tipos de bibliografias.

As bibliografias nacionais correntes devem ser: a) exaustivas: registram ou inventariam toda a produção impressa no país, sem nada excluir; b) regulares: publicadas a intervalos de tempo definidos, com pontualidade e continuidade, isto é, a intervalos iguais de tempo, fixos e sem interrupção; c) exatas: conformidade absoluta às regras catalográficas e bibliográficas, implicando na pesquisa paciente de tudo aquilo que complementa os dados muitas vezes insuficientes ou incertos do livro: nome e prenome do autor, datas de publicação, títulos incompletos ou lacônicos, etc (Caldeira; Carvalho, 1980b, p. 211).

Ao contrário de outros países latino-americanos, onde o campo bibliográfico se desenvolveu durante a era colonial, no Brasil, sua história está intrinsecamente ligada ao período do império colonial português. Portugal enfrentou consideráveis atrasos em relação às demais potências europeias, devido à forte influência da Igreja, que não apenas dominava a vida social, mas também governava o país. A Igreja tinha controle sobre a educação e, conseqüentemente, ditava o que deveria ser lido, ensinado e, por vezes, até mesmo publicado no país (Schwartzman, 2001 *apud* Juvêncio; Rodrigues, 2016).

A seguir é apresentado uma linha do tempo da produção das principais bibliografias nacionais brasileiras, momentos marcantes e destaques que merece ser citado, com base referencial os textos de Caldeira e Carvalho (1980), Crippa (2019), Fonseca (1972), Juvêncio (2018), Juvêncio (2021) e Juvêncio e Rodrigues (2016).

Entre 1500 à 1808 era proibido pela metrópole as oficinas tipográficas ou quaisquer outros meios de produção de livros (Schwartzman, 2001 *apud* Juvêncio, 2021). Havia um receio em Portugal de que as ideias veiculadas nos livros e na imprensa pudessem incitar revoltas contra a metrópole.

Apenas em 1808 que a coroa portuguesa autorizou a impressão e com a vinda de D. João VI ao Brasil, houve a criação da Imprensa Régia, e como efeito, mudou o cenário brasileiro. Houve nesse mesmo ano, os primeiros registros bibliográficos no Brasil, descritos por Antônio Simões dos Reis relacionados a “Bibliografia da bibliografia brasileira” (1942), são o “Catálogo dos Livros que se acham na Biblioteca Pública da cidade da Bahia”, publicado em 1808 e as “Obras de medicina publicados no Rio de Janeiro no decurso de 1834” sendo ela a primeira lista de livros criada no Brasil (Caldeira; Carvalho, 1980a).

Entre 1808 à 1822 ocorreu os primeiros trabalhos bibliográficos sistemáticos sobre os livros da tipografia real, segundo Crippa (2019) se deu pelos “Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro” compilados por Alfredo do Valle Cabral em 1881, sendo o marco inicial da bibliografia brasileira corrente (Caldeira; Carvalho, 1980a).

Em 1822 após a Independência, a produção bibliográfica era tímida e o estímulo para a criação de universidades era inexistente, apenas no século XX que foi construída a primeira universidade, em 1920.

Mesmo o depósito legal tendo sido estabelecido em 1847, foi apenas em 1886 que a Biblioteca Nacional publicou o “Boletim das mais importantes aquisições feitas pela Biblioteca Nacional”, organizado por João Saldanha da Gama (1835-1889). Classificado segundo as quatro Seções em que estava organizada a Biblioteca Nacional: Imprensa, Manuscritos, Estampas e Numismática. Desta bibliografia - considerada como primeira fase do posteriormente intitulado “Boletim Bibliográfico” - foram publicados quatro números por ano (Fonseca, 1972).

Considerada como a primeira iniciativa de organização de uma bibliografia nacional, uma vez que era responsável por receber as obras depositadas legalmente, cumprindo assim com o requisito de depósito legal.

Na segunda metade do século XIX, uma época marcada por agitação social e política na Europa, houve um aumento significativo de livrarias e editoras, impulsionando a formação de uma elite intelectual que incluía nomes como Machado de Assis e José de Alencar. Esse movimento de ascensão da literatura nacional também refletiu no Brasil, onde surgiram os republicanos com o objetivo de pôr um fim ao regime imperial. Em 1870, o movimento republicano ganhou força, iniciando campanhas contra a monarquia e buscando estabelecer a república no país. Nesse período, destacaram-se instituições como a Biblioteca Nacional e o Centro Bibliográfico Vulgarizador. O Centro Bibliográfico Vulgarizador foi criado em 1888, tinha como objetivo divulgar as publicações editadas no país e descrevendo-as na “Bibliographia Brasileira” (Juvêncio; Rodrigues, 2016).

Após a Proclamação da República em 1889, a produção intelectual se mantém, impulsionada principalmente pela busca de modernização do país e pelas discussões sobre a necessidade de reformas em suas instituições.

No século XX, as políticas nacionais brasileiras passaram a enxergar as políticas de informação como estratégias para o desenvolvimento e a modernização do país. Durante os anos de ditadura militar (1964-1984), foram implementadas políticas com o objetivo de modernizar o Brasil. Nesse contexto, os estudos métricos permitiram um maior controle sobre a produção científica e os investimentos em pesquisa, inclusive sob uma perspectiva ideológica (Crippa, 2019).

Em 1918 ocorreram dois grandes acontecimentos, o “Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional”, criado pelo então diretor da BN, Manuel Cícero Peregrino da Silva, publicado entre os anos de 1918 e 1921, seguindo os padrões do Instituto Internacional de Bibliografia de Paul Otlet e Henri La Fontaine; e “Boletim bibliográfico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro”, considerada a primeira bibliografia nacional brasileira lançado pela Biblioteca Nacional, organizado por Cícero de Brito Galvão, representou a fase gloriosa da bibliografia brasileira corrente (Crippa, 2019; Juvêncio, 2021).

Há uma retomada da busca pela identidade nacional e do que seria o brasileiro em 1930, marcado pela ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945, “[...] tem significativo impacto para a produção, uso e circulação de informações, uma vez que a censura é instituída e há um controle sobre toda a produção e registo do conhecimento” (Juvêncio, 2021, p. 126). O “Boletim Bibliográfico” foi retomado após mais de uma década da morte de Cícero, e continuou a ser publicado com esse título até 1982. Em seguida, foi renomeado como “Bibliografia Brasileira”, perdurando até sua extinção em 1995 (Crippa, 2019).

A ditadura varguista foi marcada por intensas tensões políticas, que também se estenderam às políticas culturais, muitas vezes contraditórias. Em meio ao contexto de censura e perseguição política, o Instituto Nacional do Livro (INL) foi fundado em 1937. As políticas eram voltadas para o livro, principalmente no âmbito dos livros didáticos, impulsionando a produção bibliográfica brasileira, a ideia por trás disso era que o aumento dos níveis educacionais poderia estimular a indústria do livro. A missão do INL incluía a organização e publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional (Juvêncio, 2021).

Em busca de suprir as lacunas deixadas por outros órgãos que, por negligência, não conseguiram cumprir suas atribuições, a INL, aproveitando a omissão da Biblioteca Nacional, o instituto assumiu a tarefa de promover a bibliografia nacional corrente, lançando uma Bibliografia Brasileira com uma abordagem tipicamente norte-americana. Foi marcada também

por interrupções e alterações nas publicações, que não chegou a ser uma bibliografia corrente por suas irregularidades nas publicações (Caldeira; Carvalho, 1980b; Fonseca, 1972).

Em 1939 com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi fase “chave” da chegada da documentação no Brasil, com a modernização burocrática para qualificar os quadros representativos de uma administração pública racional e eficiente (Crippa, 2019).

Entre 1940 a 1980 houve revezamento na edição da Bibliografia Brasileira entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. No entanto, foi somente em meados da década de 1990, mais precisamente em 1997, que a Biblioteca Nacional assumiu a responsabilidade exclusiva pela edição da Bibliografia. Isso ocorreu porque o Instituto do Livro havia sido extinto em meados dos anos 90. A partir de então, a Biblioteca Nacional optou por publicar a Bibliografia apenas no formato digital (Juvêncio; Rodrigues, 2016).

Após o fim do Estado Novo em 1945, ainda persistiram práticas de censura por parte dos órgãos que continuavam a monitorar a moral e os bons costumes.

Em 1951, ocorreu a Conferência da UNESCO sobre o desenvolvimento de bibliotecas públicas na América Latina, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados por esse tipo de biblioteca e elaborar recomendações para promover seu avanço. Segundo Sambaquy (1957) citado por Crippa (2019), então diretora do DASP, fala da importância dessa conferência, onde

Emerge, como necessidade a ser satisfeita, a exigência da criação de centros bibliográficos e se estabelece a diretriz pela qual todos os países da região deveriam estabelecer centros bibliográficos nacionais, com a função de elaborar as bibliografias nacionais e regionais atuais, de compilar as bibliografias nacionais retrospectivas, de promover essas bibliografias, de preparar um catálogo cooperativo dos recursos bibliográficos para cada país, de compilar guias para fontes de informação, de colaborar, internacionalmente, com a finalidade de compilar uma bibliografia de bibliografias latino-americana, além de realizar a catalogação analítica de periódicos e de publicar os respectivos índices (p. 23).

Do “Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional”, surge outra iniciativa privada na referência da bibliografia brasileira corrente: o “Boletim Bibliográfico Brasileiro” em 1952. O responsável pela iniciativa foi o escritor José Cruz Medeiros, que também fundou a editora A “Estante Publicações” com o objetivo exclusivo de publicar o Boletim. Conteve, nos primeiros números, apenas referências bibliográficas e mais tarde, em 1958, o Boletim Bibliográfico Brasileiro transformou-se em “Revista de Editores” (Fonseca, 1972).

A Estante de Publicações passou a referenciar a produção editorial do país, com obras enviadas espontaneamente pelas principais editoras. Essa publicação era realizada com o apoio

do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Câmara Brasileira do Livro, sendo encerrada como fascículo em novembro/dezembro de 1964. É lamentável, pois, embora não abrangesse todas as obras lançadas no mercado editorial brasileiro, tinha o mérito de seguir uma periodicidade mensal, semelhante aos grandes serviços bibliográficos nacionais atuais (Caldeira; Carvalho, 1980b).

Em 1954 foi um grande marco para a produção de bibliografias brasileiras, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Foi um projeto político de desenvolvimento científico-tecnológico e modernização, responsável por editar bibliografias especializadas em ciência e tecnologia visando o desenvolvimento de um campo de pesquisa científica no país (Juvêncio, 2021).

A criação e a existência do IBBB foram viabilizadas graças ao apoio financeiro da UNESCO, dentro do contexto das relações estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos, que foram definidas como a Política da Boa Vizinhança.

O IBBB foi a instituição responsável pela remodelação da documentação e dos métodos bibliográficos e pela capacitação de pessoal qualificado para os serviços bibliotecários. [...] Criado o IBBB, por iniciativa de Lydia Sambaquy e Edson Nery da Fonseca, entre os outros bibliotecários que lá trabalhavam, este centralizava os recursos bibliográficos, colocando em primeiro plano, [...] a necessidade de acesso à informação para a comunidade científica (Crippa, 2019, p. 24).

A modernização promovida durante a Era Vargas no Brasil significava a busca pela capacidade de conferir ao Estado a racionalidade necessária para seu funcionamento, a fim de atender às demandas administrativas e produtivas da sociedade industrial em desenvolvimento.

O IBBB buscava se tornar o administrador central dos serviços de informação de centros especializados de documentação e centros bibliográficos gerais, para facilitar a pesquisa bibliográfica, tornando o trabalho científico mais viável. A biblioteca do IBBB, dirigida por Sambaquy, foi uma das primeiras bibliotecas, no Brasil, dedicada à coleta de coleções, catálogos de bibliotecas, bibliografias nacionais e especializadas, índices e resumos de literatura científica e tecnológica de todos os países, buscando dominar a literatura científica internacional, objetivando informar os estudiosos sobre a pesquisa de ponta realizada no país e no exterior. Um dos princípios do IBBB era realizar a conexão entre as bibliotecas brasileiras para permitir colaborações e intercâmbios, colaborando com todos os meios à disposição para o registro da produção intelectual brasileira. Dessa forma, o IBBB teria contribuído efetivamente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil (Crippa, p. 26).

A atuação do SNEL entre 1963 à 1966 desempenhou um papel importante ao lançar as “Edições Brasileiras”, com o objetivo de compilar a bibliografia atual do Brasil. Essa iniciativa pretendia ser um catálogo trimestral dos livros publicados no país. No entanto, em 1968, o

mesmo sindicato lançou a “Resenha Bibliográfica”, que consistia em uma lista de obras enviadas à Biblioteca Nacional por contribuição legal (Caldeira; Carvalho, 1980b).

Em 1964, com o golpe militar que instaurou uma ditadura no país, esses órgãos foram renomeados, mas continuaram a exercer a censura, reprimindo produções que desafiam a moral, os bons costumes ou questionam o governo. "Havia até mesmo a edição de listas de livros proibidos, sobretudo aqueles de cunho socialista ou comunista, bem como obras consideradas pornográficas ou eróticas” (Greenhalgh, 2020, *apud* Juvêncio, 2021 p.120).

Durante a ditadura militar, essas questões de vigilância e controle sobre a informação se intensificaram, as instituições relacionadas à informação foram submetidas ao controle das estruturas militares se intensificaram, especialmente a partir de 1964 e com maior força em 1968, resultando em um cenário de perseguição e aprisionamento daqueles que não eram considerados alinhados ao regime, além do apagamento da memória. Uma ampla rede de vigilância de informações foi implementada em todos os setores da sociedade, incluindo educação e cultura.

Vale ressaltar que, além da censura e controle de informações, foi implementada uma política ativa de perseguição de cientistas, pesquisadores e profissionais no mesmo período. Durante a primeira fase da ditadura, entre 1964 e 1967 (sob a presidência de Castelo Branco), o governo reduziu as despesas de pesquisa. No entanto, o projeto modernizador impulsionou a adoção de critérios de seleção no âmbito da educação e da pesquisa, reforçando os interesses de desenvolvimento das ciências exatas e tecnológicas. Um elemento importante nesse sentido foi a criação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento* que, estruturou um programa de políticas científicas nacionais, visando garantir a permanência dos cientistas no país, por meio de investimentos em pesquisa (Crippa, p.28).

É importante notar a coexistência de duas dimensões de controle informacional durante esse período. Por um lado, havia o controle relacionado à esfera acadêmica e técnico-científica, que visava regular e direcionar a produção e disseminação do conhecimento nesses campos específicos. Por outro lado, havia o controle social da informação, que se voltava para o monitoramento e repressão de conteúdos considerados ameaçadores ao regime, buscando limitar a liberdade de expressão e o acesso a informações que pudessem questionar ou contestar o governo.

A publicação “Bibliografia Classificada e Livros Novos” foi a primeira edição lançada em 1968 pela Editora Vozes, foi organizada pelo Centro de Investigação e Divulgação com o intuito de referenciar todos os livros e revistas publicados no Brasil. Infelizmente, sua duração foi breve, sendo descontinuada logo em seguida (Fonseca, 1972; Caldeira; Carvalho, 1980b).

A primeira bibliografia corrente que não sofreu com interrupções foi a “Bibliografia Brasileira Mensal”, publicada pelo INL, sob a responsabilidade editorial de Aureo Ottoni. Com o Decreto-Lei nº 824, datado de 5 de setembro de 1969, estabeleceu a obrigatoriedade do envio de obras impressas no Brasil ao INL. Com essa medida, a Bibliografia Brasileira Mensal passou a apresentar uma cobertura muito mais extensa do que as publicações anteriores, tornando-se significativamente menos incompleta (Fonseca, 1972).

A transição do IBBD para o IBICT em 1976 ocorreu devido ao desenvolvimento das tendências do próprio IBBD, cujos representantes passaram a direcionar cada vez mais os interesses bibliográficos para produções de natureza científico-tecnológica, abrangendo áreas consideradas estratégicas sob uma perspectiva explícita de ideais de desenvolvimento. Essa transformação refletiu a crescente importância atribuída às áreas científicas e tecnológicas, alinhando-se com as necessidades e direcionamentos do país nesse contexto.

Com a transformação do IBBD no IBICT, o conceito de informação encontra a intersecção de dois aspectos: o primeiro serve a uma política de ciência e tecnologia, enquanto o segundo está a serviço de uma política de segurança distorcida, que favorece um Estado autoritário marcado por políticas de vigilância, tratando a informação como setor pragmático e estratégico de ação de vigilância e coerção (Crippa, p. 29).

Até 1984, os interesses políticos dos governos militares que se sucederam tiveram impacto não apenas nas políticas de pesquisa, mas também em uma implicação mais sutil relacionada às atividades de controle ideológico implementadas durante esse período. Nesse contexto, a bibliometria desempenhou um papel adicional como uma ferramenta de controle da produção ideológica no campo acadêmico e de pesquisa. Essa abordagem permitiu monitorar e direcionar a produção intelectual de acordo com os interesses e orientações políticas estabelecidas pelo governo, resultando em um ambiente de controle ideológico nas atividades acadêmicas e de pesquisa.

Em 1988, com a promulgação da Constituição e a remodelação do Estado, várias instituições foram extintas, incluindo os órgãos de censura e repressão, marcando oficialmente o fim da censura no país. Esse evento teve um impacto significativo na edição da bibliografia nacional, o que de certa forma justificou o atraso do país em relação a muitos outros no desenvolvimento bibliográfico (Juvêncio, 2021).

Desde o século XIX, a Biblioteca Nacional tem desempenhado um papel fundamental na elaboração e divulgação da Bibliografia Brasileira, principalmente por meio do Depósito Legal instituído por lei. A partir da lei de 1907 (Brasil, 1907), tornou-se obrigação de todos os

editores nacionais depositar suas obras na Biblioteca Nacional. No entanto, diversas desculpas eram frequentemente utilizadas para não cumprir essa obrigação, como a distância das províncias em relação à então capital federal ou os custos envolvidos nesse dever. Essas dificuldades práticas levaram a desafios na construção abrangente e atualizada da Bibliografia Brasileira (Juvêncio; Rodrigues, 2016).

O acervo da BN cresce constantemente a partir da lei do depósito legal – que assegura o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais –, além de doações aquisições. A BN se caracteriza como uma biblioteca “nacional” por: a) ser beneficiária do instituto do Depósito Legal; b) elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente, através dos Catálogos online; ser o centro nacional de permuta bibliográfica, com campo de ação internacional (Biblioteca Nacional, [200-a]).

Segundo Juvêncio (2021) a partir das diretrizes estabelecidas pela IFLA e UNESCO em 1997, a publicação da bibliografia nacional passou a ser realizada de forma digital. Em consonância com convenções da IFLA, o catálogo da Biblioteca Nacional foi considerado a bibliografia nacional, o que trouxe consigo uma série de desafios, conforme destacado por Juvêncio e Rodrigues (2016). Um dos principais problemas foi a confusão entre os conceitos de catálogo e bibliografia, além da presunção de que o acervo da Biblioteca Nacional representava a totalidade das publicações nacionais.

Essas questões levantam discussões sobre a necessidade de uma abordagem mais abrangente e inclusiva na representação da bibliografia nacional, considerando outros repositórios e fontes de informação para garantir uma visão mais completa e precisa do panorama editorial do país.

Segundo Crippa (2019), a BN não cumpre com a elaboração das compilações sobre a Bibliografia Anual, justamente por conta da sobreposição que estabeleceu entre bibliografia e catálogo. O catálogo é apenas parcialmente identificado com a bibliografia, já que ele é na verdade um produto dela. O único acesso à bibliografia brasileira atual é através dos catálogos da própria BN, disponíveis online.

Na década de 1990 e no início da primeira década de 2000, Araújo (2006 *apud* Crippa, 2019), fala que houve uma ampla proliferação dos estudos bibliométricos na literatura científica, que são empregados para embasar escolhas estratégicas no planejamento e investimentos em pesquisa.

Porém, a Ciência da Informação brasileira não demonstrava grande interesse pelas questões relacionadas à memória e à reflexão bibliográfica como um conjunto de

conhecimentos voltados para interesses sociais e/ou patrimoniais. Esses temas não eram amplamente abordados dentro dessa área de estudo, que se concentrava mais nas questões técnicas e organizacionais da informação,

Essas novas escolhas de políticas de pesquisa e informação, portanto, parecem coincidir com a tentativa de afirmar plenamente alguns princípios democráticos, através de uma política nacional baseada em princípios de inclusão social que se reflete nas políticas culturais e informacionais. Os próprios estudos métricos, dentro desse novo contexto, assumem o papel de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento em uma vertente mais ampla, através da proposição de modelos que entrelaçam suas discussões com a criação de ferramentas bibliográficas efetivas, não só ligadas a mediações voltadas às agências de fomento e às suas escolhas político-institucionais, mas também em relação ao público e usuários (Crippa, 2019, p. 17-18).

Foi somente no início dos anos 2000 que sucedeu abertura no campo da Ciência da Informação para discussões relacionadas à memória, a leitura e reflexões teóricas e práticas sobre a própria bibliografia (Crippa, 2019).

Entre 2003 a 2014, nos mandatos presidenciais Inácio Lula da Silva e posteriormente de Dilma Rousseff “[...] é possível notar os incentivos de apoio ao desenvolvimento de equipamentos culturais, considerados ferramentas de desenvolvimento social [...]”, foram estabelecidas políticas sociais que impulsionaram o desenvolvimento de iniciativas voltadas às bibliotecas e às práticas de leitura como a “[...] construção de Planos Municipais do Livro e da Leitura (PMLL), que deveriam ter sido incluídos no Plano Nacional (PNLL), criado em 2006 pelos então Ministros Gilberto Gil e Fernando Haddad [...]”, com o objetivo de estabelecer políticas públicas voltadas ao livro, à leitura e, especialmente, às bibliotecas, houve um reconhecimento do papel fundamental que essas instituições desempenham no desenvolvimento social e na construção de uma sociedade mais justa (Crippa, 2019, p.15-16).

A bibliografia brasileira é de fundamental importância para o conhecimento da produção nacional, mesmo com as interrupções e problemas com o governo em períodos de censura ou apagamento da produção nacional, conseguiu demonstrar como ocorreu o desenvolvimento da pesquisa e o esforço de pesquisadores e bibliotecários em continuar com os incentivos para o apoio ao progresso da modernização da nossa memória como nação.

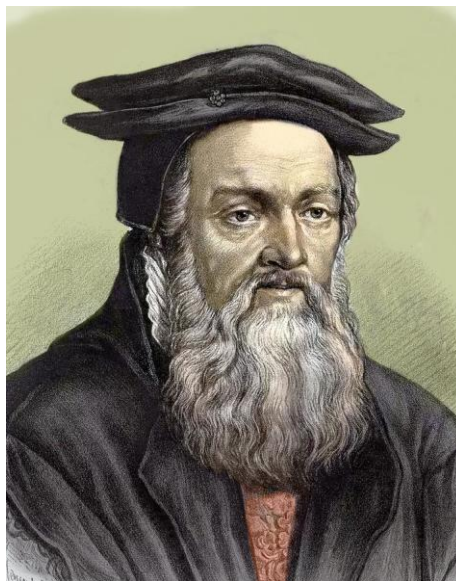
A importância da bibliografia brasileira é evidente, pois é fonte fundamental para o conhecimento produção nacional, é um importante instrumento de orientação para o planejamento de programas editoriais e distribuição interna de sua produção, é um repertório essencial para consulta dos estudiosos assuntos brasileiros e é um meio de viabilizar o controle bibliográfico nacional (Caldeira; Carvalho, 1980, p. 215).

2.5 Principais nomes do estudo da Bibliografia

Conrad Gesner

Conrad Gesner nasceu em 26 de março de 1516, em Zurique, e se destacou como uma figura de grande importância devido ao seu amplo e diversificado interesse em campos como Medicina, Teologia, Botânica, Zoologia, Linguística, Paleontologia, Mineralogia e Bibliografia.

Figura 1 – Conrad Gesner



Fonte: Fine Art America²

De acordo com Sabba (2012), a atividade científico-erudita de Gesner pode ser dividida em duas fases distintas em sua biografia,

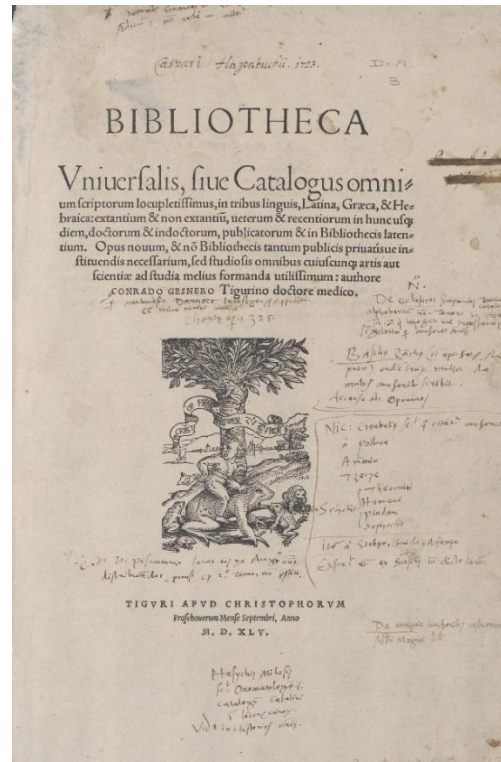
1) a fase de formação em que estão incluídos os estudos clássicos, a aplicação na Medicina, o exercício da profissão, e o interesse pela Botânica [...] 2) a fase madura, ou seja, da produção científica de: a) obras bibliográficas b) obras linguístico-filológicas c) obras médicas, físicas e de ciências naturais (Sabba, 2012, p. 30 apud Araujo, 2015, p. 128).

Sua obra de destaque para a Bibliografia é a *Bibliotheca Universalis* [...], publicada em 1545. Trata-se de um catálogo com características descritivas/repertoriais, incluindo seleção bibliográfica e ordenação alfabética por nome. Essa obra abrange 5031 autores e cerca de

² Disponível em: <https://fineartamerica.com/featured/2-conrad-gessner-gesner-portrait-naturalist-paul-d-stewart.html>.

15.000 obras escritas em grego, latim e hebraico, apresentando uma perspectiva descritiva detalhada dos documentos (Araujo, 2020).

Figura 2 – Obra “Bibliotheca universalis”



Fonte: E-rara³

A Bibliotheca ganhou destaque por estabelecer as práticas bibliográficas da Europa Moderna, especialmente em relação às ferramentas de compilação, gerenciamento e disseminação da informação. Gesner tem como conceito para o seu catálogo não de edição, mas sim de obra, abarcando trabalhos impressos ou em vias de publicação, incluindo apenas “[...] aquilo que se tem menção em catálogos, em correspondências, em conversas com editores, tipógrafos e estudiosos” (Araujo, 2020, p. 5).

A segunda parte do catálogo nomeada por Pandectae [...] (1548) se dedica à perspectiva semântica dos documentos, contém sistema de classificação decorrente das sete artes liberais, com índice alfabético remissivo de assuntos.

Gesner é considerado o “pai da Bibliografia” pelo seu trabalho demonstrar que a sua produção e difusão do documento é percebida nos mais variados assuntos, não apenas pelo tratamento descritivo e semântico, mas também pela dimensão mediadora e memorial. Mesmo

³ Disponível em: <https://www.e-rara.ch/zuz/content/pageview/5079514>.

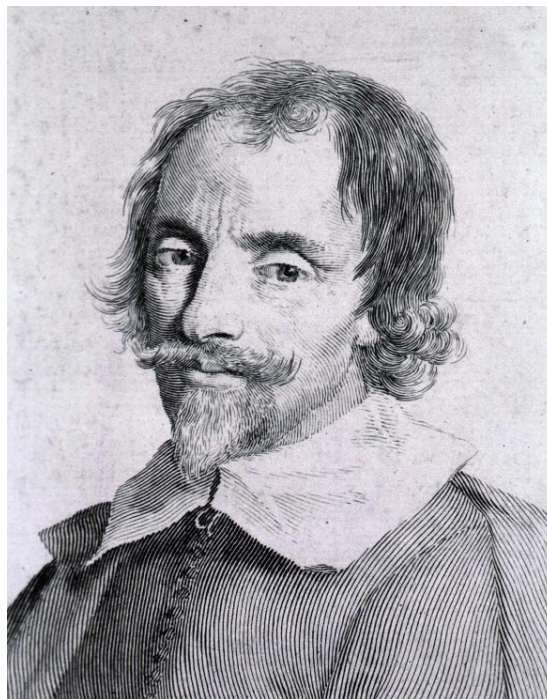
a obra com décadas de diferenças para os dias atuais, ainda estabelece uma linha muito próxima das atividades bibliográficas atuais como registrar, mapear e representar descritiva semanticamente os documentos.

Papel importante e histórico para os estudos e avanços na bibliografia, se expressa pelo "[...] testemunho documental [...]" tendo como característica o "[...] no ato de documentar as obras listadas [...] no exercício reflexivo de bibliografia histórica, [...] uma reflexão de ordem documental" (Araujo, 2015, p. 137).

Gabriel Naudé

Gabriel Naudé nasceu em Paris, em 2 de fevereiro de 1600, época em que Henrique IV governou a França. Foi escritor sobre política e bibliotecário, estudou e obteve conhecimento em diferentes áreas, como arte, literatura, filosofia e medicina. Seus estudos são dedicados principalmente ao tema político, mas também de cunho biblioteconômico após ter dado início a sua carreira como bibliotecário.

Figura 3 – Gabriel Naudé



Fonte: Britannica⁴

⁴ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Gabriel-Naude>.

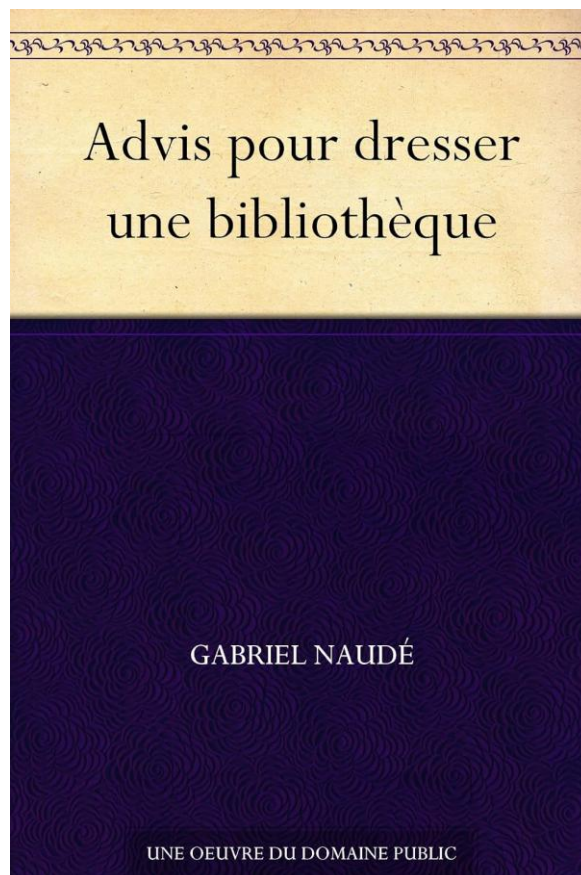
Naudé trabalhou com figuras católicas importantes e sendo muito importante na direção e organização na criação da Biblioteca de Mazarin, acervo pessoal do Cardeal Mazarin.

Em 1627, Naudé publica sua primeira obra, intitulada "Advis pour dresser une bibliothèque", um pequeno manual com o objetivo de criar uma biblioteca universal, capaz de atender a diversas exigências e necessidades.

O Advis pour dresser une bibliothèque teve como objetivo servir de guia para atender as necessidades de seu público. Naudé acreditava que a organização, a catalogação e os catálogos poderiam fornecer ao leitor a mais completa informação em um menor tempo.

[...] o Advis não é sistemático ou compacto como um trabalho organicamente estruturado, mas reorganiza de maneira sintética as experiências e as discussões do jovem Naudé sobre a prática cotidiana com os livros, com os quais lidava já havia alguns anos. Esse texto se apresenta como uma coletânea de indicações e recomendações práticas, dominadas por um ideal humanista do valor e da importância de uma empreitada como a da realização de uma biblioteca (Crippa, 2017, p. 28).

Figura 4 – Obra “Advis pour dresser une bibliothèque”



Fonte: Amazon⁵

⁵ Disponível em: <https://a.co/d/4tQ3CWK>.

Ressaltou a importância dos catálogos, tendo a necessidade de elaborar dois catálogos de todos os livros presentes, primeiro de um catálogo temático, visando de maneira clara as várias obras presentes, e o segundo por autores, organizados em ordem alfabética.

[...] a coisa mais necessária seria fazer dois catálogos de todos os livros contidos na biblioteca, em um dos quais os livros seriam dispostos tão exatamente conforme as diversas matérias e disciplinas, para poder ver e saber em um relâmpago todos autores que podem ser encontrados debaixo do primeiro assunto que surgir na mente; no outro, os livros deveriam ser estritamente dispostos e reconduzidos à ordem alfabética de seus autores, tanto para não duplicar as aquisições, como para saber o que falta, e também para satisfazer o pedido de muitos que são, às vezes, desejosos de ler particularmente a obra completa de determinados autores (Naudé, 1994, p. 109 *apud* Crippa, 2017, p. 29).

Naudé sempre enfatizava a importância da universalidade da biblioteca, pois a biblioteca como papel essencial para seu funcionamento teria que ter como base elementos universais e públicos, não podendo constituir em base em preconceitos ideológicos ou religiosos.

Qualquer censura tornaria de fato uma biblioteca inadequada ao uso público, contrariando o objetivo prioritário que a torna universal. [...] A biblioteca se torna, assim, o lugar privilegiado da memória de um mundo que, sem ela, é destinado a corromper-se e desaparecer (Crippa, 2017, p. 29-30).

Em 1633, Naudé publica a “*Bibliographia politica*”, uma obra que propõe a organização de livros em um volume rico em informações, destinado a consultas rápidas sobre literatura política.

A *Bibliographie* é o registro, em um texto contínuo, daquela que Naudé considera a literatura necessária para o estudo da política. Através de títulos e de notas de caráter crítico e ilustrativo, o autor forneceu um guia para o estudo desse gênero de literatura. Naudé introduziu o termo “bibliografia” na língua culta com um sentido que, até então, não tinha, o de descrição e indicação de livros. No latim, o termo *bibliotheca* apontava tanto para o significado de lista de livro quanto para um lugar que hospedava os mesmos (Serrai; Sabba, 2005 *apud* Crippa, 2017, p. 31).

Segundo Crippa (2017), a obra recebeu grande destaque europeu por estabelecer um conceito de biblioteca universal dedicada à política, sem ordem neutral da matéria, e selecionando, ordenando e organizando os materiais com base nos princípios que fundamentam os pensamentos libertinos eruditos.

A sua escrita biblioteconômico-política foi de grande exemplo pela época, por conta das bibliotecas estarem passando por uma fase de renovação tanto em relação a quantidade de materiais, quanto pelos conteúdos, e os novos interesses e descobertas científicas, com mudanças e conflitos religiosos da época delimitaram novas reflexões sobre as necessidades dos lugares dos quais ocupavam os registros acumulados e organizados (Crippa, 2017, p. 22).

A obra coincide com a História Literária fundamentada em um cânone enciclopédico de cultura, onde a tarefa da Bibliografia se torna em fornecer instrumentos e o material documentário para a construção teórica das diversas histórias literárias. Na visão de Serrai e Sabba (2005 *apud* Crippa, 2017), as funções da História Literária são simultaneamente equiparadas às da bibliografia, e nesse sentido, a Bibliografia Política de Naudé representa essa identidade em sua estrutura e objetivos. No entanto, devido à falta de uma estruturação autônoma de natureza teórica, acabou adotando as formas de organização lógica e formal que caracterizam a bibliografia convencional. Dessa forma, ela se configurava como um conjunto de propósitos e diretrizes desenvolvidos no âmbito das aplicações, em vez de ser baseada em elaborações formais.

Gabriel Peignot

Etienne-Gabriel Peignot, nasceu em 15 de maio de 1767, em Arc-en-Barrois, na França. Graduou-se em direito, mas estudou literatura e possuía interesse em diversas áreas. A França do século XVIII foi marcada por extremas transformações sociais e históricas, um grande marco para a Modernidade e com consequências advindas da Revolução Industrial, iniciou uma nova situação econômica. Peignot em seus estudos tinha como visão a importância histórico-política e científica da bibliografia no contexto das revoluções contemporâneas.

Figura 5 – Gabriel Peignot



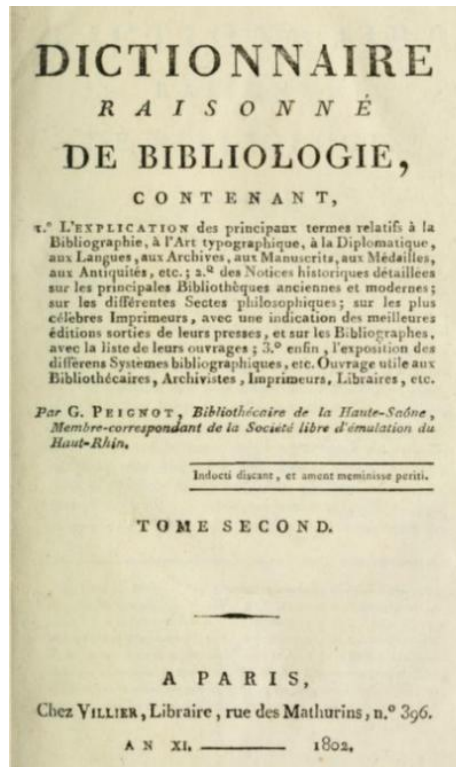
Fonte: EcuRed⁶

No início do século XIX publica em sequência *Petite Bibliothèque choisie*, *Manuel bibliographique* e o *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, todas as obras dedicadas à ciência bibliográfica.

A obra *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, lançada em 1802, propõe ser um guia didático para os estudos bibliológicos, com explicações dos principais conceitos em torno do livro. A obra “fundamentava a racionalidade bibliológica em um sistema filosófico estruturalmente “linguístico”, ou baseado na linguagem” (Saldanha, 2015, p. 147).

⁶ Disponível em: https://www.ecured.cu/index.php/Gabriel_Peignot.

Figura 6 – Obra “Dictionnaire raisonné de bibliologie”



Fonte: Internet Archive⁷

A obra possui relações entre filosofia da linguagem e os estudos informacionais, como o discurso da construção epistemológica do campo da organização dos saberes entre as noções de Bibliografia e Bibliologia com desdobramentos para a amplitude bibliografia, das bibliografias e dos bibliógrafos no plano sistemático-epistêmico tecido ao longo do Setecentos e produzido para o século seguinte.

Percebemos que da primeira à última página de seu *Dictionnaire*, Peignot está preocupado com a definição de uma ciência que trata de organizar a massa de produtos da ciência. Em outras palavras, um vasto domínio epistemológico, de caráter enciclopédico, que responderia pela dinâmica cada vez mais plural de construção de discursos manifestados através dos livros (Saldanha, 2015, p.150).

Gabriel Peignot, segundo Couzinet (2011), introduzirá a distinção entre Bibliologia e Bibliografia. A primeira estaria centrada nos aspectos teóricos da ciência do livro e no estudo dos resultados das ciências do espírito ou dos conhecimentos filosóficos, históricos, literários.

Sua erudição nos contextos extremos de desenvolvimento da carreira bibliográfica foi utilizada permanentemente para comentar, avaliar e criticar seu espaço-tempo. Suas observações procuravam a compreensão dos aspectos positivos e negativos da relação

⁷ Disponível em: <https://archive.org/details/dictionnairerai02peig/page/n7/mode/2up>.

entre o Antigo Regime e a então constituída República Francesa, apontando com confiança para a eficácia dos novos programas e métodos de ensino (Saldanha, 2015, p.152).

A Bibliografia seria um dos ramos bibliológicos voltados aos aspectos técnicos da elaboração de repertórios de livros. Em outras palavras, “bibliographie est la partie descriptive et la bibliologie la science qui interroge les prénomènes liés à l’écrit” (Couzinet, 2011, p. 179 *apud* Saldanha, 2015, p. 154).”

Paul Otlet

Nasceu em 23 de agosto de 1868 em Bruxelas, Bélgica. Formado em direito, trabalhou no escritório de direito de Edmond Picard, onde fazia parte da equipe responsável pelas publicações bibliográficas sobre jurisprudência belga e a partir disso surgiu seu interesse pela Bibliografia. Desde então, “veio a dedicar sua vida a questões de tratamento e formação documental e informacional, com vistas a organizar o conhecimento e dispô-lo de forma a garantir acesso a este por parte de todos, sendo um instrumento de promoção da paz mundial” (Pozzatti et al., 2014, p. 203).

Figura 7 – Paul Otlet



Fonte: EcuRed⁸

⁸ Disponível em: <https://archive.org/details/dictionnairerai02peig/page/n7/mode/2up>.

Para Otlet, segundo Rayward (2018), a visão do documento encontrava-se ambientado em uma objetificação perdendo a perspectiva do documento para além de palavras escritas ou impressas, para ele o documento poderia ser qualquer coisa que incluísse valor probatório, como figuras, partituras, objetos, ilustrações etc. Em sua visão, era preciso que os documentos fossem reunidos e inter-relacionados nos mais variados formatos em que pudesse ser apresentado e que as bibliotecas, museus e arquivos pudessem apresentar esses formatos, com o objetivo da universalidade, reunindo, adquirindo e analisando as informações válidas publicadas.

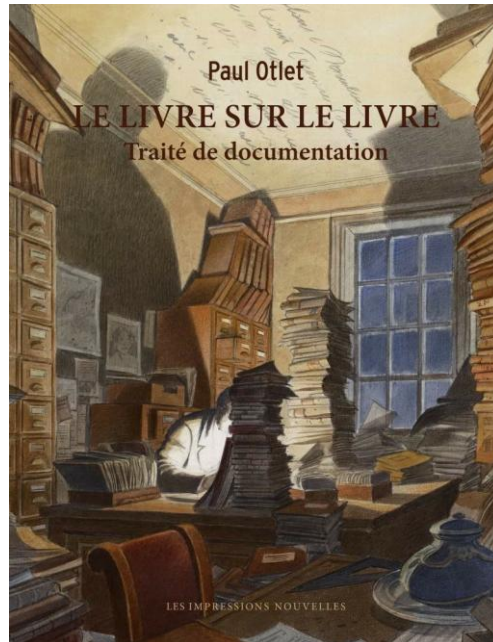
A necessária interligação teria de ser centralizada em, [...] um arranjo hierárquico que levasse, por intermédio da rede, de um nível local, passando por várias formas de organização nacional e internacional, até o núcleo de uma central mundial [...] [sendo a] Mundaneum. [...] É um método que implica, entre outras coisas, “pesquisa e previsão, unificação e padronização, ordenação e classificação, cooperação, planejamento e regulação, por fim, expressão, apresentação e reprodução (Rayward, 2018, p. 15).

Em sua caminhada conheceu o jurista e advogado belga Henri La Fontaine, onde com o grande vínculo de amizade, caminharam juntos para promover assuntos em comum e contribuir na elaboração de uma rede mundial para compartilhamento do conhecimento. Segundo Ponzatti et al. (2014), os dois produziram grandes contribuições para a disseminação e organização do conhecimento, como é o caso da Classificação Decimal Universal (CDU), publicada em 1905, formada por tabelas de classificação baseada em outra existente, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada pelo bibliotecário Melvil Dewey.

Outra publicação que ganhou destaque foi a *Traité de Documentation: le livre sur le livre*, lançada em 1934. O livro trata sobre a organização do conhecimento e apresenta princípios fundamentais sobre a documentação e bibliologia. Segundo Santos (2007), Otlet toma a bibliologia como ponto de partida para o desenvolvimento da documentação.

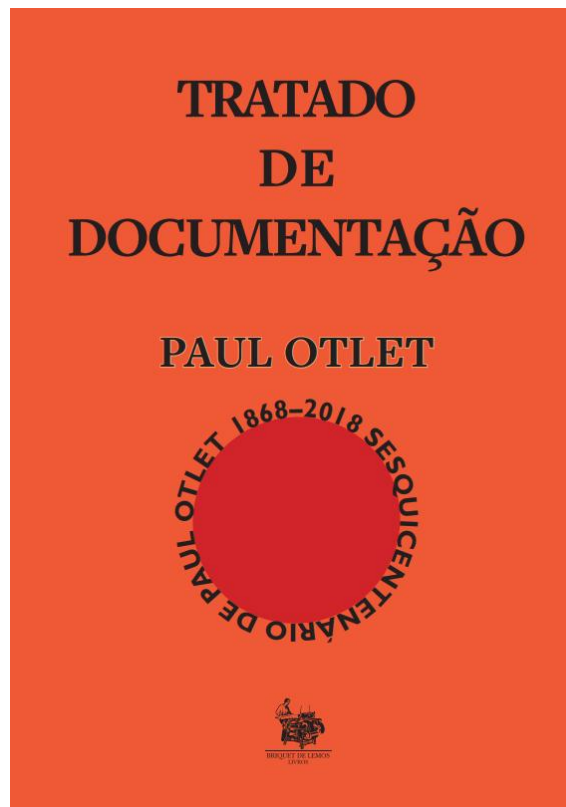
A história de Otlet é, em última análise, uma história de ideias, de uma crença que se sustenta, apaixonada e resolutamente, na importância da vida intelectual, na possibilidade de sua transformação por meio de novos tipos de instrumentos e máquinas para administrar e comunicar conhecimentos e na necessidade de concretizar finalmente uma sociedade mundial nova e pacífica (Rayward, 2018, p. 13).

Figura 8 – Obra “Traité de Documentation: le livre sur le livre”, edição de 2015



Fonte: Amazon⁹

Figura 9 – Versão traduzida brasileira



Fonte: Repositório Institucional UnB¹⁰

⁹ Disponível em: <https://a.co/d/0FqxEVM>.

¹⁰ Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32627>.

Edson Nery da Fonseca

Nasceu em 6 de dezembro de 1921 em Recife, Brasil. Foi uma figura de grande importância para a Bibliografia brasileira, trabalhou ativamente em instituições importantes, foi reconhecido pelo seu trabalho tanto no Brasil como no exterior. Segundo Verri (2019), Fonseca atuou como bibliotecário, bibliógrafo, professor e foi um dos fundadores e apoiadores dos cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia no século XX. Dedicou-se a escrever artigos para jornais, revistas e livros, com o objetivo de promover amplamente a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação. Suas propostas visavam favorecer a preservação, organização e disseminação de documentos, tanto gráficos quanto não gráficos,

[...] identificava e ressaltava a aplicação dos princípios teóricos e das práticas que regem os elementos formativos e informativos dos propósitos da biblioteca e dos serviços de documentação. [...] suas palavras se encontravam para delinear as ações a desenvolver nas bibliotecas e nos serviços de documentação, tendo em vista a necessidade de capacitação dos bibliotecários para acompanhar o avanço técnico-científico (Verri, 2019, p. 39-40).

Figura 10 – Edson Nery da Fonseca



Fonte: Brown University¹¹

A carreira do bibliógrafo foi moldada por momentos sociopolíticos de extrema importância, que deixaram marcas significativas na história das bibliotecas e da biblioteconomia brasileira. Participou da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954 e foi “[...] diretor do departamento de Bibliografia desde 1954

¹¹ Disponível em: <https://library.brown.edu/collections/skidmore/portraits/edsonNeryDaFonseca.html>.

dedicando-se ao estudo da bibliografia” (Crippa, 2019); O bibliógrafo foi ativo na participação e sugestão de criação de coleções especializadas de referências brasileiras (Verri, 2019); Fonseca ainda participou da criação de diversos cursos de Biblioteconomia, incluindo o curso da Universidade de Brasília (UnB).

Dos textos escritos por Fonseca, entende-se que a bibliografia seria um instrumento composto por elementos informacionais, organicamente sistematizados, que daria visibilidade ao todo de cada peça referenciada, de modo a agrupar informações segundo critérios definidos. O conjunto de informações relacionadas com a produção do livro e dos demais materiais gráficos ou não gráficos seria usado como representação simbólica (Verri, 2019, p. 59).

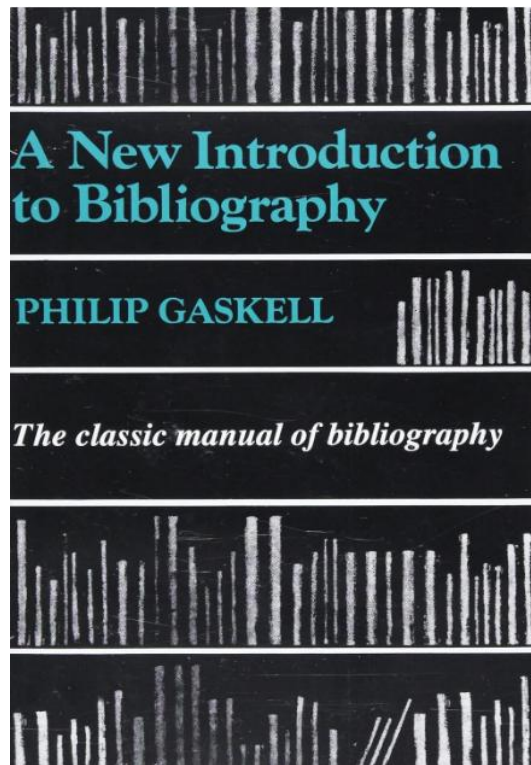
O objetivo de Fonseca era a valorização da Bibliografia como instrumento indispensável para configuração de todo projeto de pesquisa ou entendimento intelectual e a dimensão da sua produção bibliográfica buscava oferecer orientações para novas abordagens dos desafios da comunicação científica, fundamentados em uma prática teórica que estimulava a reflexão sobre a construção de um objeto especialmente valorizado: a Bibliografia (Verri, 2019).

Philip Gaskell

Nascido em 6 de janeiro de 1926 em Highgate, Londres. Gaskell foi professor de literatura inglesa no ano de 1948 na King’s College, em Cambridge e de bibliografia na Universidade de Glasgow. Teve como seus alunos Donald McKenzie, bibliógrafo e professor de literatura inglesa na Victoria University, Wellington e na Universidade de Oxford, Inglaterra, e James Mosley, bibliotecário e historiador da biblioteca de impressão de St. Bride Printing Library.

Em sua obra “A New Introduction To Bibliography” (1972) foi uma continuidade do livro de R. B. McKerrow “An Introduction to Bibliography for Literary Students” (1927), Gaskell fala no prefácio de seu livro da importância da obra de McKerrow por mostrar que a transmissão de textos poderia ser afetada pelos processos de impressão, porém surgiram novos estudos e as novas gerações seguintes perceberam detalhes de impressão que a obra não mais atendia.

Figura 11 – Obra “A New Introduction to Bibliography”



Fonte: Internet Archive¹²

A obra é dividida em quatro capítulos, com subdivisões detalhadas do processo, sendo: Book Production: the hand-press period 1500-1800; Book Production: the machine-press period 1800-1950; Bibliographical Applications; Reference Bibliography. Incluindo três apêndices, sendo: "A note on Elizabethan Handwriting", "Four specimen bibliographical descriptions" e "The transmission of the text: two examples".

Esta nova introdução, portanto, segue McKerrow no objetivo de elucidar a transmissão de textos explicando os processos de produção de livros, mas, além disso, incorpora o trabalho feito desde a época de McKerrow sobre a história da tecnologia de impressão do período da prensa manual e tenta pela primeira vez dar uma descrição geral da prática de impressão do período da máquina de impressão (Gaskell, 1972, p. 1, tradução nossa).

Faz referência a Walter Greg sobre a definição de Bibliografia, entendendo como uma ciência de transmissão de documentos literários e essa transmissão de textos poderia ser compreendida ao observarmos os diversos processos envolvidos na produção do livro, tendo a

¹² Disponível em: <https://archive.org/details/newintroductiont0000gask/mode/1up>.

Bibliografia como principal propósito em servir a produção e distribuição de textos precisos e determinar um texto em sua forma mais precisa.

Gaskell amplia o escopo da Bibliografia para além dos documentos literários, abarcando todos os documentos, sejam manuscritos ou impressos, sob a competência do bibliógrafo. Além disso, incluem-se materiais modernos, como discos, fitas ou filmes, nos quais os documentos de reprodução podem conter diversas variações. Destaca que os bibliotecários devem saber usar as técnicas da Bibliografia para que possam transmitir, cuidar, disponibilizar os textos e “bibliógrafos, como outros estudiosos, devem ser capazes de pensar logicamente, julgar criticamente e perseverar em tarefas tediosas e repetitivas; mas, além disso, eles devem entender a história da produção de livros” (Gaskell, 1972, p. 1, tradução nossa).

Em seu manual, ele fornece uma explicação minuciosa de todos os processos de impressão, bem como dos estágios que os precedem e sucedem. Destacando a importância da Bibliografia em auxiliar na identificação, descrição e atribuição de autoridade às variantes dos textos. Concentra-se no estudo dos livros impressos como objetos materiais e na interpretação precisa dos documentos impressos, envolvendo o conhecimento detalhado de como os manuscritos dos autores foram transcritos em tipos, impressos, distribuídos e comercializados, sendo a história da produção de livros o cerne deste estudo (Gaskell, 1972).

3 BIBLIOGRAFIAS, SEU USO E REPRESENTAÇÃO

A importância de estudar a ordem historiográfica é poder perceber o olhar diminuído com que enxergavam a disciplina, mesmo percebendo que ela poderia abarcar diferentes saberes e atividades documentárias.

A polifonia que o termo bibliografia era empregado dificultou para que os estudos não fossem levados apenas como uma lista de livros ou limitada a um repertório, capaz de confusão entre informação bibliográfica e pesquisa bibliográfica. A bibliografia essencialmente vai ser caracterizada como sistematização de inventários, com definições das etapas de trabalho bibliográfico como a verificação, proibidade intelectual e planejamento (Harmon, 1998; Varry, 2011; Fonseca, 1979; Placer, 1955 *apud* Alentejo, 2015).

Segundo explica Otlet (1934 *apud* Saldanha, 2015), até o século XVII, os sistemas bibliográficos então existentes eram predominantemente construídos pelo conhecimento a priori, gerado a partir de pensamentos filosóficos e a partir do século XVIII, diante das diversas abordagens empíricas de desenvolvimento do conhecimento, surgiram transformações

significativas para as novas classificações bibliográficas. Transformação essa dada através de Gabriel Peignot.

Seu profundo conhecimento avanço na área bibliográfica foi continuamente empregada para analisar, avaliar e fazer críticas pertinentes ao contexto em que estava inserido. Suas observações visavam entender tanto os aspectos benéficos quanto os desfavoráveis da interação entre o Antigo Regime e a emergente República Francesa, enfatizando de forma confiante a eficácia dos novos programas e abordagens de ensino. “Nunca as ciências e as artes foram cultivadas na Europa com tanta atividade como no início do século XIX, e talvez nunca tenha havido um momento mais favorável para lhes dar um novo impulso” (Peignot, 1802, p. vii *apud* Saldanha, 2015).

Durante os séculos XIX e XX, a atividade bibliográfica passou por mudanças significativas. Houve uma adaptação para uma indústria editorial mais explícita, incluindo informações detalhadas sobre a edição e impressão dos materiais. Além disso, surgiu a necessidade de um controle universal das publicações por meio da cooperação internacional e do intercâmbio de informações.

Segundo Araujo, Grippa e Saldanha (2015), a gestão da informação é colocada no centro das questões relativas ao tratamento automático dos dados, tanto como objetos a serem tratados como também das linguagens operacionais, onde faz perceber perspectivas que permitem a abertura das reflexões sobre a Bibliografia, obrigando um funcionamento interdisciplinar e transdisciplinar, com possibilidades a novas definições dos próprios objetos.

A bibliografia enquanto produto das práticas bibliográficas:

surgem com o intuito de controlar e disseminar a produção intelectual [...] responsáveis pela padronização das formas primeiras de descrição, classificação e organização dos documentos, bem como oferecem parâmetros para acompanhamento das ciências e o fomento de políticas públicas [...] (Juvêncio, 2021, p. 113).

Até o século XIX, as bibliografias desempenhavam um papel importante na preservação da memória dos textos do passado. De acordo com Malclés (1962, p.6 *apud* Peña, 2006), a bibliografia passou a ser entendida como o conhecimento de todos os textos impressos, com base na pesquisa, transcrição, descrição e classificação dessas obras. Seu objetivo era desenvolver instrumentos de trabalho intelectual, como repertórios bibliográficos ou bibliografias.

No entanto, a partir de meados do século XX, com os avanços da ciência e da tecnologia, os estudiosos começaram a explorar novos horizontes e um novo conceito de bibliografia começou a emergir.

3.1 Tipos de Bibliografia

A Bibliografia é um campo de estudo que se dedica aos métodos e técnicas de descrição de documentos com o objetivo de criar fontes de informação. Dependendo das características e objetivos dessas fontes, elas podem ser tanto generalistas quanto especializadas. Os dois principais autores a dimensionar o trabalho bibliográfico dentro de uma literatura especializada são Reyes-Gómez (2010) e Harmon (1998).

Conforme argumenta Reyes-Gómez (2010), a evolução histórica da Bibliografia ao longo do tempo tem exercido um impacto gradual na sua definição, tanto em relação a outras disciplinas quanto no que diz respeito ao escopo e conteúdo da própria Bibliografia. Duas correntes principais foram formadas com foco no livro. Uma delas se concentra na natureza conceitual do livro como um transmissor de conteúdo, enquanto a outra se concentra no aspecto material do livro como um objeto. Essas correntes são conhecidas como corrente tradicional (também chamada de enumerativa ou continental) e corrente anglo-saxônica.

A corrente tradicional é conhecida por diferentes denominações, incluindo “tradicional” devido à sua história e origem; “enumerativa” devido à sua concepção e objeto, também pode ser chamada de "compilatória", "bibliografia sistemática" ou "bibliografia referente"; e “continental” de acordo com sua localidade. Esta corrente teve suas raízes como uma ciência de repertórios, uma vez que os acadêmicos que a seguem dão especial atenção à natureza conceitual dos materiais bibliográficos.

A corrente anglo-saxônica, conhecida também como ‘Nova Bibliografia’, pode ser conhecida como bibliografia material ou bibliografia analítica, abrangendo as áreas além do estritamente bibliográfico. Nessa corrente o nível material do livro predomina sobre o nível intelectual (Reyes-Gómez, 2010).

Alentejo (2015) investiga a abordagem do trabalho bibliográfico de Harmon (1998), pela classificação em ramos, propondo uma classificação que facilita a visualização dos âmbitos de interesse dos bibliógrafos, sendo denominadas como “enumerativo” ou “sistemático”, abordando sobre a função secular das bibliografias, e o “analítico”, que abrange aspectos que vão além da limitação estritamente bibliográfica de transmissão de ideias.

Conforme o autor observa, considerando como parte da corrente inglesa, as bibliografias são categorizadas como “analíticas” ou “críticas” e bibliografias “enumerativas” ou “sistemáticas”. As primeiras se concentram principalmente nos aspectos materiais dos itens analisados, enquanto as últimas envolvem arranjos ordenados com foco no conteúdo.

A bibliografia analítica ou crítica decorre da corrente anglo-saxônica, utilizada para descrever o estudo de materiais informativos, envolvendo a análise e descrição de livros e a como são feitos, estuda o livro como objeto material, partindo dos efeitos que o processo da produção exerce sobre eles (Reyes-Gómez, 2010; Alentejo, 2015).

Já a bibliografia enumerativa ou sistemática, derivada da corrente tradicional, que se distingue pela criação de listas de materiais que possuem uma relação reconhecida com outro material, podendo ser descrito como o estudo de livros ou outros materiais gráficos como um meio de comunicação de ideias (Alentejo, 2015).

Harmon (1998) e Reyes-Gómez (2010) defendem que essas análises permitem uma amplitude conceitual que atribui à Bibliografia vários significados, dependendo das várias adjetivações ou qualificações que são adicionadas ao termo e com as várias especialidades que se sobrepõem, resultou em diferentes tratados apresentando propostas de sistematização e divisão.

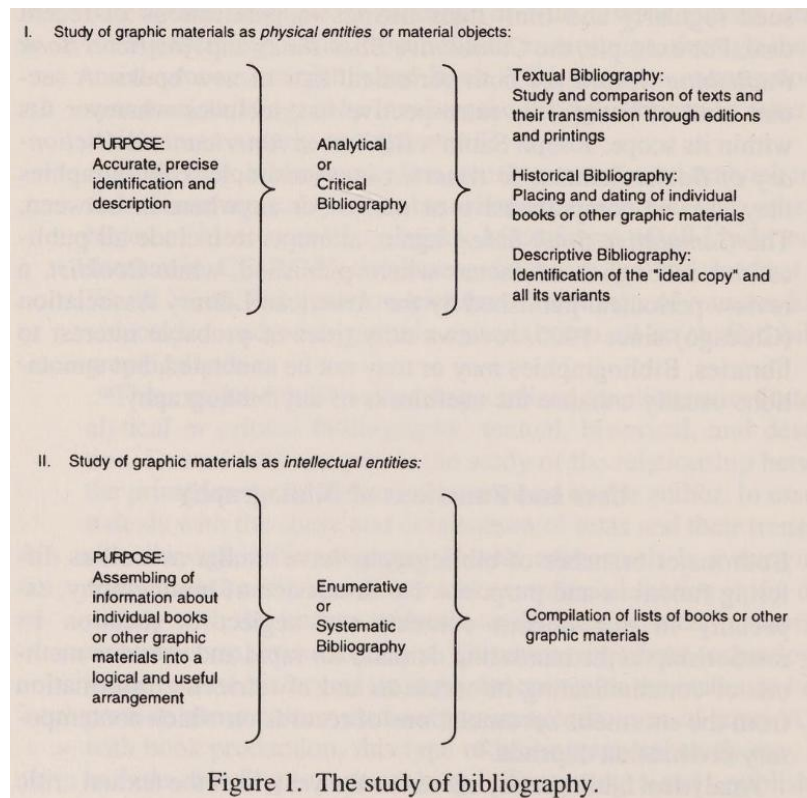
A respeito do estudo da Bibliografia de Harmon (1998), da sua obra “Elements of Bibliography”, a divisão em ramos possui duas diferentes formas de escopos, a primeira é focada no estudo de materiais gráficos como entidades físicas ou objetos materiais. E a segunda é caracterizada pelo estudo dos materiais gráficos como entidades intelectuais.

A primeira tem como propósito identificação e descrição exatas e precisas, contendo dentro desse ramo a bibliografia analítica ou bibliografia crítica, buscando documentar as alterações que ocorrem em um manuscrito desde a sua criação até sua forma impressa ou publicada. Ela é desempenha dentro de outras três bibliografias:

- a) Bibliografia textual: o estudo e comparação de textos e sua transmissão através de edições e impressões.
- b) Bibliografia histórica: Colocação e datação de livros individuais ou outros materiais gráficos
- c) Bibliografia descritiva: identificação do "exemplar ideal" e de todas as suas variantes.

A segunda tem como objetivo a reunião de informações sobre livros individuais ou outros materiais gráficos em um arranjo lógico e útil, trazer ordem para o grande número de publicações, sendo ela a compilação de listas de livros ou outros materiais gráficos.

Figura 12 – Estudo da Bibliografia



Fonte: Harmon (1998)

4 COMPREENDER A TEORIA E PRÁTICA DA BIBLIOGRAFIA MATERIAL

Monitorar os variados métodos de coleta de documentos em processos construtivos é vital para a evolução e o aprimoramento contínuo. Através da análise crítica e questionamento das técnicas utilizadas, podemos identificar áreas para melhoria, otimização e aumento da eficiência. Os processos de criação estão sempre se transformando, e é essencial que os meios e estudos se atualizem para acompanhar essa transformação, assegurando a melhor adequação possível.

Segundo Tanselle (2009) uma das principais razões para que ocorresse a separação entre os períodos da atividade bibliográfica foi a motivação dos pioneiros, muito desses incunábulo, em elucidar a história textual, principalmente livros de Shakespeare, e perceberam que através da história seria possível obter mais informações para ajudar a preparar edições acadêmicas, sem ignorar a evidência física dos textos.

Um dos principais nomes do marco da história intelectual foi Henry Bradshaw que em 1870 lançou um pequeno panfleto onde demonstra a importância em examinar

sistematicamente as evidências físicas dos livros impressos, sendo considerado como marco por ser a primeira fundamentação publicada da metodologia bibliográfica.

Bradshaw insistia que organizar os primeiros livros de acordo com os locais e as prensas em que foram impressos, era o único método pelo qual o conhecimento sobre os primeiros impressos avançaria, já que fornece uma base para datar ou identificar os impressores de livros que não proclamam prontamente suas origens (Tanselle, 2009, tradução nossa).

Essa mudança implicou em um aumento da consciência sobre como as provas materiais presentes nos livros representam uma ferramenta poderosa para a pesquisa histórica e o pensamento de Bradshaw desempenhou um papel fundamental nesse processo. Ele não apenas reconheceu que os aspectos físicos dos livros têm suas próprias narrativas a compartilhar, mas também compreendeu que essas narrativas são significativas para a análise dos textos contidos nos livros.

Em 1892, um pequeno grupo de acadêmicos se reuniu para fundarem a Bibliographical Society, com o objetivo de promover a bibliografia, reconhecendo o crescimento da importância de uma abordagem metódica sobre os estudos dos livros. A partir daí, surgiram novas sociedades espalhadas pelo Reino Unido, Europa, América do Norte e Austrália e Nova Zelândia.¹³

Conforme observado por Varry (2014), a primeira publicação dessa emergente disciplina ocorreu com Ronald McKerrow, que, em 1928, lançou o manual “An Introduction to Bibliography for Literary Students”.

Esta obra ainda é valiosa e oferece conhecimentos aplicáveis para os livros artesanais. Foi a primeira tentativa de examinar o uso dos materiais impressos e métodos, demonstrando as questões envolvidas na transmissão do texto desde sua concepção manuscrita até a publicação impressa dessa edição, bem como, as possíveis mudanças ocorridas nas próximas edições (Harmon, 1981, p. 14 *apud* Alentejo, 2015, p. 38).

Arundell Esdaile foi um grande bibliotecário e sua obra “Manual of Bibliography” (1931), na qual conta com diversas edições e reimpressões, foi de grande importância para a Bibliografia Material e segundo Araújo e Reis (2016) o seu objetivo foi publicar uma introdução para a mesma, foi um pioneiro no estabelecimento do diálogo entre a Bibliografia Material e a Biblioteconomia. Suas obras evidenciam as conexões iniciais e subsequentes que foram

¹³ Ver mais em: <http://www.bibsoc.org.uk/content/other-bibliographical-societies>.

formadas entre a Nova Bibliografia e a Biblioteconomia britânica e americana durante o século XX.

A organização do manual teve três elementos principais como focos: “a) os conceitos gerais da bibliografia material; b) as características dos livros desde Gutenberg (suporte, tipografia, composição, ilustração, encadernação, colação); e c) os arranjos e ferramentas para a descrição bibliográfica analítica” (Araújo, Reis, 2016).

Fredson Bowers foi uma figura de grande importância para a literatura norte-americana, foi autor de manual sobre descrição bibliográfica, o “Principles of Bibliographical Description” (1962), seu modelo propôs uma abordagem metodológica de análise que os bibliógrafos poderiam adaptar para outros livros, tendo como objetivo tentar preencher uma lacuna no estudo bibliográfico, pois segundo o autor faltava exemplos práticos para estudar os princípios da bibliografia descritiva.

O modelo metodológico envolveu um objetivo triplo:

(1) fornecer, pormenorizadamente, um registro analítico das características físicas de um livro que serve simultaneamente como uma fonte confiável de identificação e como um meio de apresentar o livro, ausente, diante dos olhos do leitor; (2) prover uma investigação analítica e um arranjo ordenado desses fatos físicos que servem como pré-requisito para a crítica textual dos livros descritos; (3) abordar conjuntamente literatura e impressão ou a história da edição, através da investigação e registro de detalhes correspondentes à uma série de livros relacionados (BOWERS, 1962).

Segundo Araújo e Reis (2016), Bowers afirmava que sua pesquisa não estava relacionada com as práticas de catalogação em bibliotecas e apesar disso, teve como referência metodológica a análise dos livros para a Biblioteconomia de livros raros.

A ‘Nova Bibliografia’ começou a se desenvolver pela década de 1960, que segundo Varry (2014), foi um contraponto da abordagem de Bowers e em 1965, Lloyd Hibbert publicou um artigo na revista *The Library*, da Sociedade Bibliográfica. Neste artigo, ele introduziu o termo “Bibliografia Física” para designar a disciplina, com o objetivo de evitar algumas ambiguidades presentes no vocabulário da escola americana. No ano seguinte, em 1966, o acadêmico francês Roger Laufer traduziu este termo como “Bibliografia Material”.

Em 1972, Philip Gaskell publica sua obra “A New Introduction to Bibliography” uma continuação do trabalho de McKerrow (1927), que na época servia como guia justo de descrição bibliográfica, permanecendo relevante até os anos de 1800, porém, não abordava a tecnologia da época, como a prensa manual.

Esta nova introdução, portanto, segue McKerrow no objetivo de elucidar a transmissão de textos explicando os processos de produção de livros, mas, além disso, incorpora o trabalho feito desde a época de McKerrow sobre a história da tecnologia de impressão do período da prensa manual e tenta pela primeira vez dar uma descrição geral da prática de impressão do período da máquina de impressão (GASKELL, 1972, tradução nossa).

Houve uma mudança no conceito dessa nova bibliografia quando Donald McKenzie publicou um artigo intitulado “Printers of the Mind: Some Notes on Bibliographical Theories and Printing-House Practices” em 1969. O trabalho de McKenzie desafiou a posição predominante nessa área de estudo, o acadêmico procurou estender as definições tradicionais da bibliografia e ampliar sua área de interesse, “[...] e que reintroduziu a importância do fator humano no processo de elaboração do livro” (Varry, 2014, tradução nossa).

A visão de D. F. McKenzie sobre a matéria Bibliografia expandiu os horizontes da disciplina, que ele denominou de "Sociologia dos Textos". Até então, a Nova Bibliografia ignorava o contexto social envolvido na produção dos textos e com a contribuição de McKenzie para o campo, além de suas descobertas, foi convocar os bibliógrafos para realizar uma análise sociológica dos textos. Bibliografia como uma sociologia dos textos é “uma área científica voltada à análise histórica dos processos sociais de produção, circulação e recepção dos textos” (Almeida, 2019, p. 244).

Em vez de observar os detalhes físicos em busca de pistas sobre o processo de fabricação, os estudiosos dessa área se concentram nos elementos de design que devem ser notados pelos leitores - e que, em geral, são de fato notados por eles de alguma forma, seja ou não conscientemente ou com o efeito pretendido (Tanselle, 2009, tradução nossa).

A publicação do seu trabalho “Bibliografia e sociologia dos textos” atraiu olhares de estudiosos da área e objetivo prestígio por suas ideias inovadoras e segundo Chartier (2005) podem ser apresentado como “[...] o estabelecimento de um texto (e, eventualmente, sua edição) supõe a reconstrução rigorosa da história de sua composição e de sua impressão na oficina tipográfica”. E logo depois considera “[...] a compreensão desse processo de produção do livro implica a descrição e a análise das características físicas dos exemplares conservados da edição (ou das edições) do texto considerado”.

Em outras palavras, todos os registros escritos que são destinados à leitura possuem uma materialidade específica, e cada uma dessas formas materiais se organiza de acordo com padrões particulares, os quais, de maneira variável, influenciam a produção e a atribuição de sentido.

Durante os anos do final do século XX, Varry (2014) explica em seu texto “La bibliographie matérielle: renaissance d’une discipline”, que a bibliografia material experimentou um declínio no mundo anglo-saxão e por outro lado, na França, estava ocorrendo o contrário devido ao Henri-Jean Martin que desenvolveu a escola de História do Livro, mantendo seu compromisso com os estudos de história econômica e social que a tornaram renomada, ao mesmo tempo que passou a demonstrar interesse em conceitos como "mise en texte" e "mise en livre", demonstrando essa virada de pensamento em 1990 com a publicação, em conjunta de Jean Vezin, do primeiro volume de “Mise en texte et mise en page du livre manuscrit”.

Dez anos depois, Martin publicou uma segunda parte dessa investigação, desta vez dedicada à diagramação e ao texto do livro impresso moderno, entre os séculos XIV e XVII. Ao fazê-lo, Henri-Jean Martin deu um novo escopo às valiosas investigações sobre as práticas dos compositores de impressão, que até então haviam permanecido em sua infância, e ao estado pioneiro e exploratório no mundo anglo-saxão. Para além das práticas de oficina (assinaturas, anúncios, dupla capitalização etc.) que permitem atribuir uma determinada impressão a uma determinada área geográfica, Henri-Jean Martin insistiu no interesse de estudar a estruturação de textos, notas, aparato crítico etc. e a evolução de sua apresentação ao longo do tempo (Varry, 2014, tradução nossa).

Conforme mencionado pelo autor, é notável, no início do século XXI, a disparidade entre os métodos de ensino no mundo de anglo-saxônico e na esfera francófona, mesmo que a tecnologia atual possa proporcionar oportunidades e perspectivas de pesquisa substancialmente diferentes em comparação com o passado.

A autora Idália García Aguilar em sua obra *Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo*, lançada em 2011, defende a importância da descrição bibliográfica para a proteção do patrimônio cultural. Em seu livro, a fim de demonstrar a importância do conhecimento adquirido através da análise do material bibliográfico, levantou informações sobre a representação catalográfica de livros antigos nos registros disponíveis nas páginas da internet das bibliotecas nacionais da América Latina.

García Aguilar (2011) não tinha como interesse analisar as particularidades do registro catalográfico e nem seus regulamentos e normas, mas tinha como foco três elementos específicos para o trabalho bibliográfico, referindo-se “[...] ao título e impressão (dados específicos das capas), à forma da descrição física (reflexo da estrutura do livro antigo) e à consideração de elementos históricos (aspectos que conferem singularidade a cada objeto)”.

A autora argumenta que os esforços para valorizar o patrimônio, seja por meio de projetos de digitalização ou exposições bibliográficas, se beneficiam consideravelmente

quando o registro é conduzido com base nas abordagens da Bibliografia Material. Isso contribui para o reconhecimento dos valores culturais dos materiais impressos e, portanto, para uma preservação mais eficaz. No entanto, argumentava que para realizar um registro bibliográfico preciso, é necessária uma compreensão mais profunda da história e da cultura, que vai além do conhecimento técnico oferecido pela formação em Biblioteconomia e Ciências da Informação. Seu livro desempenha um papel crucial na promoção das melhores práticas relacionadas à preservação do patrimônio de acervos antigos. Isso auxilia o catalogador a adquirir o conhecimento e habilidades necessários para registrar com precisão os detalhes que tornam único e identificável o livro preservado, permitindo gerir o acesso ao original em favor da sua preservação, reduzindo, assim, consultas não essenciais que poderiam prejudicar a integridade do material.

A Bibliografia, uma disciplina repleta de conhecimentos variados, permite a formação de diversas disciplinas que exploram múltiplos aspectos da Biblioteconomia. Isso possibilita ao pesquisador expandir sua visão além do produto final, concentrando-se no processo de criação e produção.

4.1 Práticas da Bibliografia Material

Essa abordagem proporciona uma compreensão mais ampla e profunda das técnicas envolvidas, contribuindo para o aprimoramento contínuo. As teorias e conceitos de cada autor perduram, permitindo que análises sejam desenvolvidas hoje para que os estudos da Bibliografia possam ser aplicados em uma variedade de meios e processos.

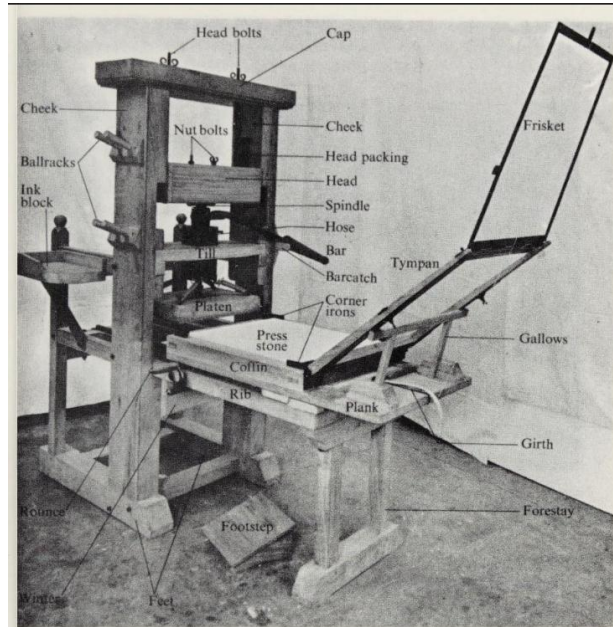
Podemos ver na obra de Gaskell (1972) que ele não apenas mostra a relação das variações dos textos, como também demonstra o desenvolvimento de processos específicos da produção e reprodução e explicando os processos de impressão, fazendo de seu livro uma obra didática. Enfatiza a importância da Bibliografia para ajudar a identificar, descrever e dar autoridade às variantes de texto.

Sua obra é dividida em três capítulos, a primeira referente a produção de livros no período de impressão manual entre 1500-1800; a segunda sobre o período da prensa mecânica entre 1800-1950 e a terceira fala sobre as aplicações bibliográficas.

Em seu primeiro capítulo, o autor descreve os tipos de letra, o processo de composição manual, o papel, a imposição (a operação de fixar as formas compostas para proceder à impressão), o trabalho de impressão nas oficinas tipográficas de 1500, as técnicas de encadernação, os métodos de ilustração e a decoração do livro e finaliza com a parte dedicada

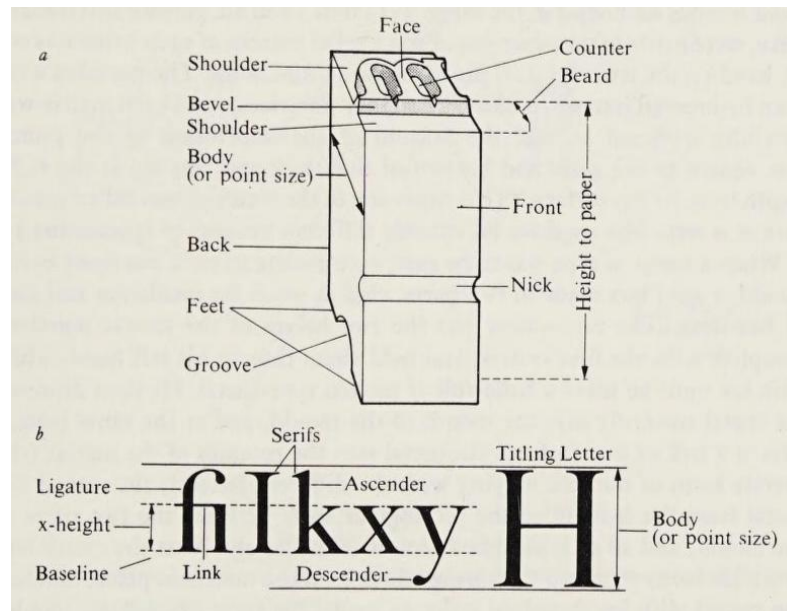
ao período da imprensa manual descrevendo as características do comércio livreiro inglês até 1800.

Figura 13 – Prensa manual de madeira



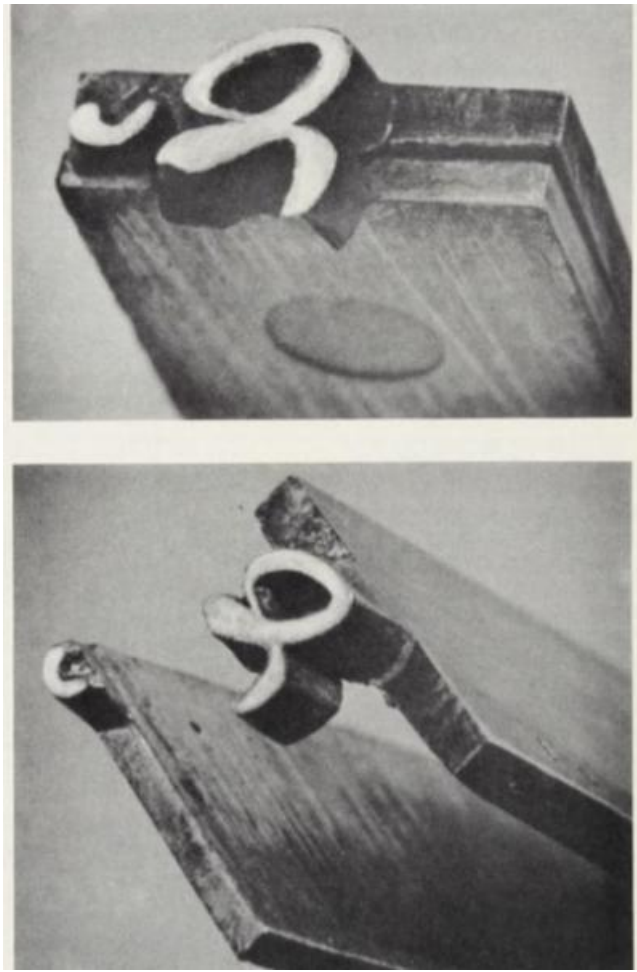
Fonte: Gaskell (1972)

Figura 14 – Moldes de letras para impressão manual



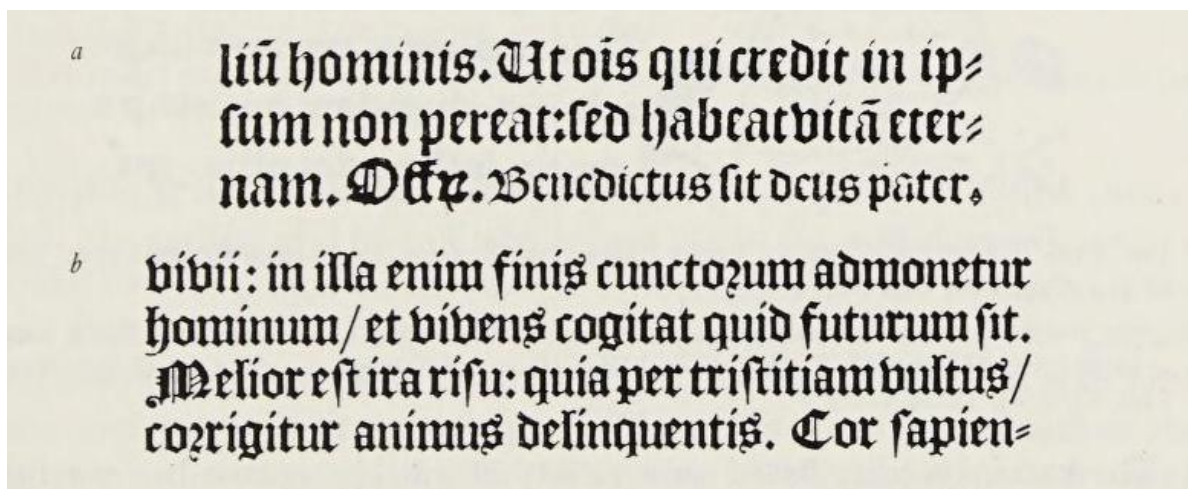
Fonte: Gaskell (1972)

Figura 15 – Molde de letra grega para impressão manual



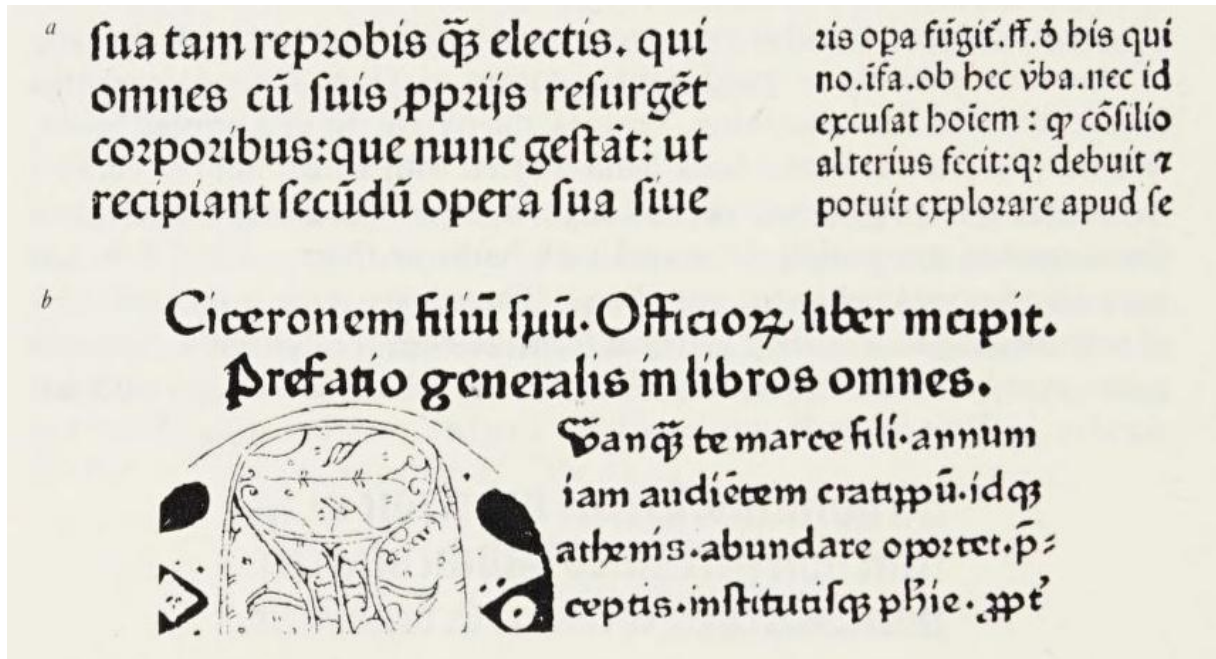
Fonte: Gaskell (1972)

Figura 16 – Fontes de letras, a) textura francesa do final do século XV usadas em Londres, b) textura holandesa de meados do século XVII



Fonte: Gaskell (1972)

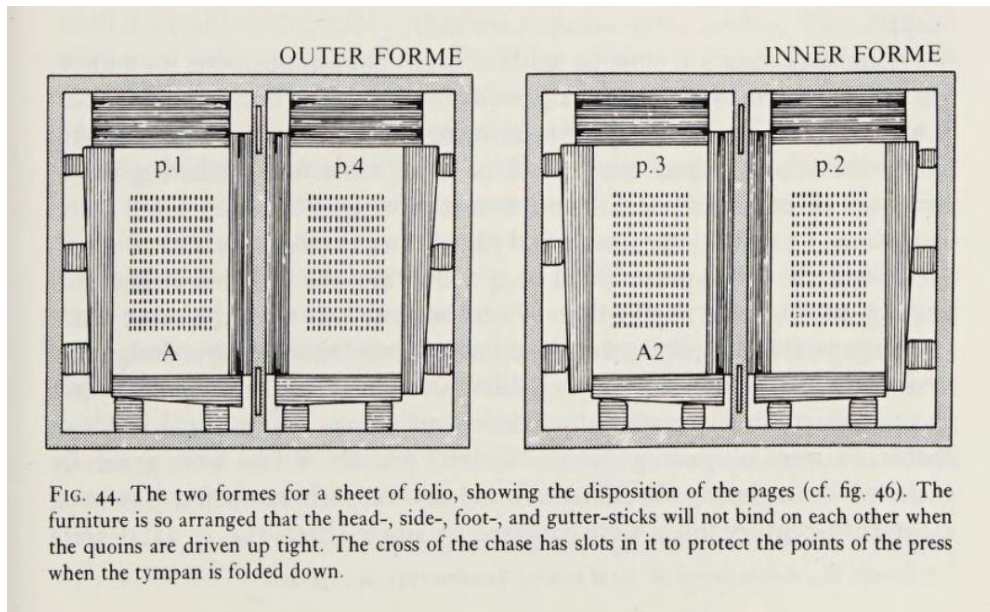
Figura 17 – Letras formais e de fogo usadas pelos sucessores de Gutenberg, b) letra inicial desenhada à mão



Fonte: Gaskell (1972)

A obra de Gaskell é rica em detalhes, demonstra o passo a passo dos procedimentos manuais e que as técnicas são tão importantes quanto o livro como um todo. Embora estas descrições específicas nunca se desviem do objetivo principal de oferecer um manual que possa ser consultado em suas seções individuais, a variedade de tópicos e a capacidade de explicação, que atuam como um guia, são características distintivas do manual.

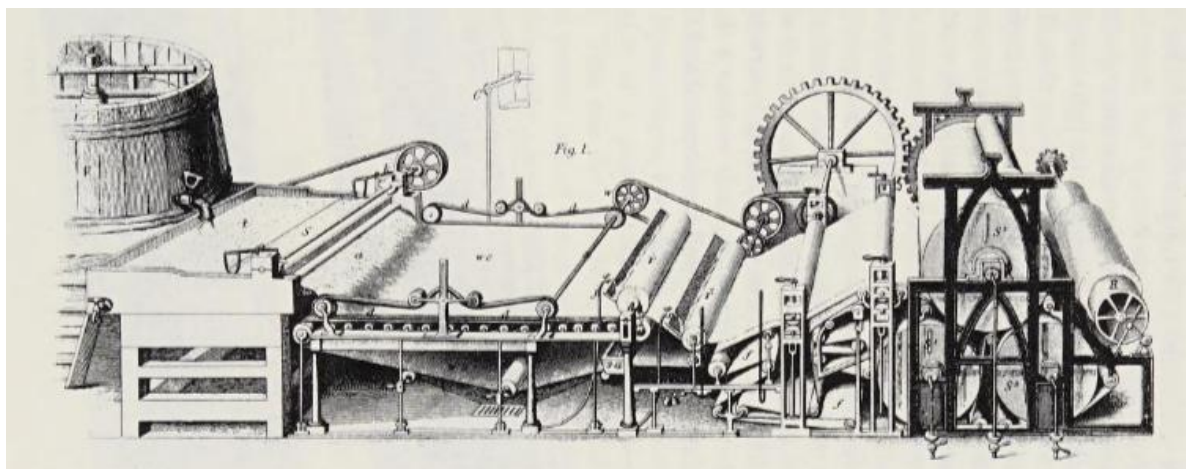
Figura 18 – Modelo de disposição da folha para impressão



Fonte: Gaskell (1972)

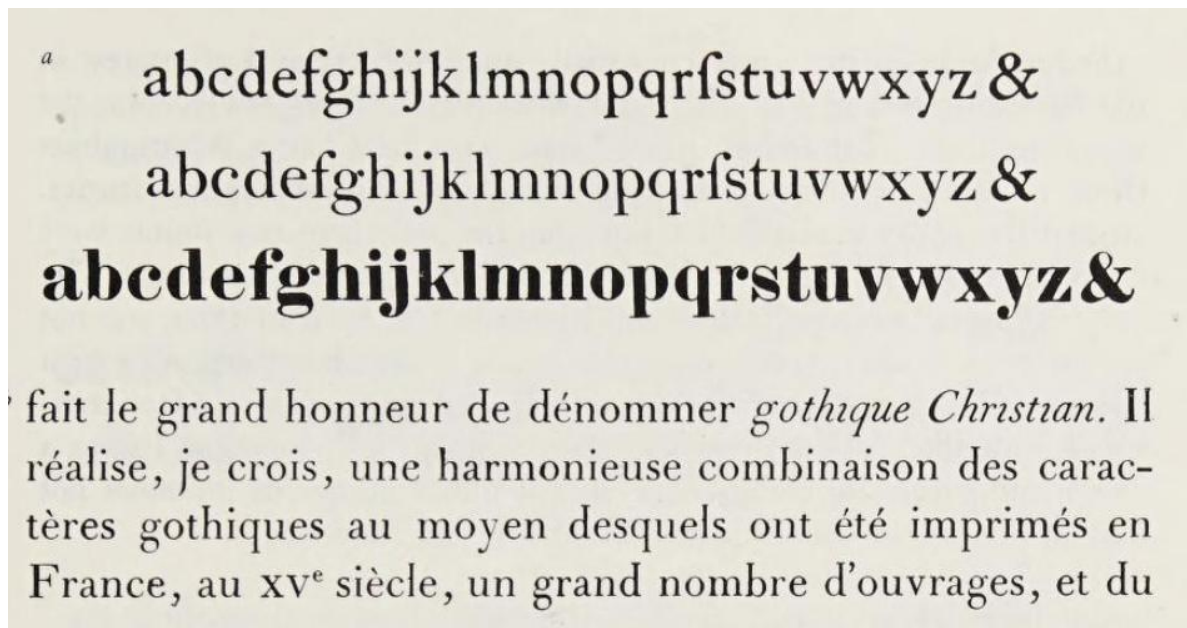
No segundo capítulo, trata sobre a produção maquinial do livro. Descreve o período da impressão com as chapas de gravação, sobre encadernação e novos procedimentos, as máquinas de impressão, seu funcionamento e impressão de cores, processos de reprodução de gravuras, como a litografia, a composição mecânica, composição mecânica de máquinas quente e frias e ao final, conclui sobre o comércio livreiro na Grã-Bretanha e América desde 1880.

Figura 19 – Máquina Fourdrinier, produção do papel em tiras sem fim



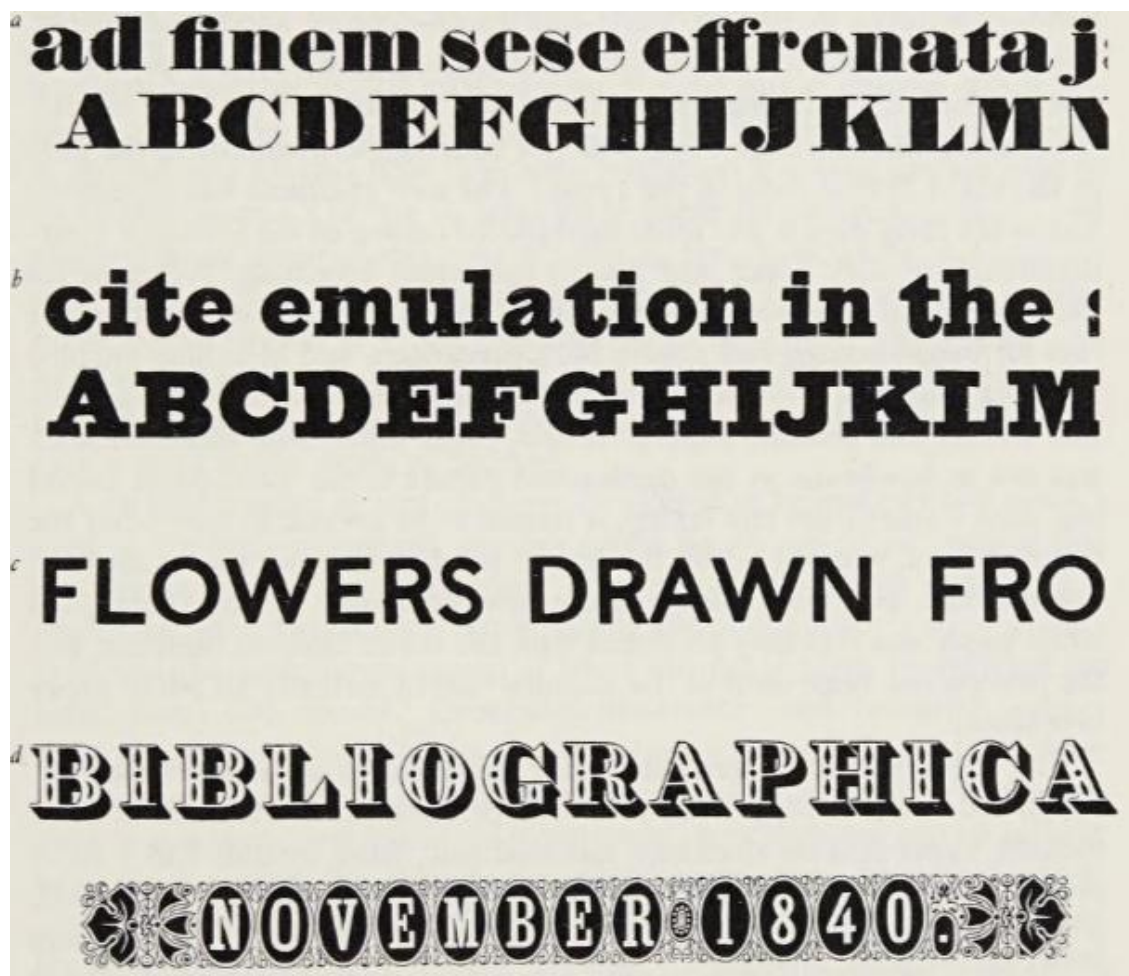
Fonte: Gaskell (1972)

Figura 20 – Fontes das letras após as máquinas automáticas



Fonte: Gaskell (1972)

Figura 21 – Outras formas de letras pós máquina automática

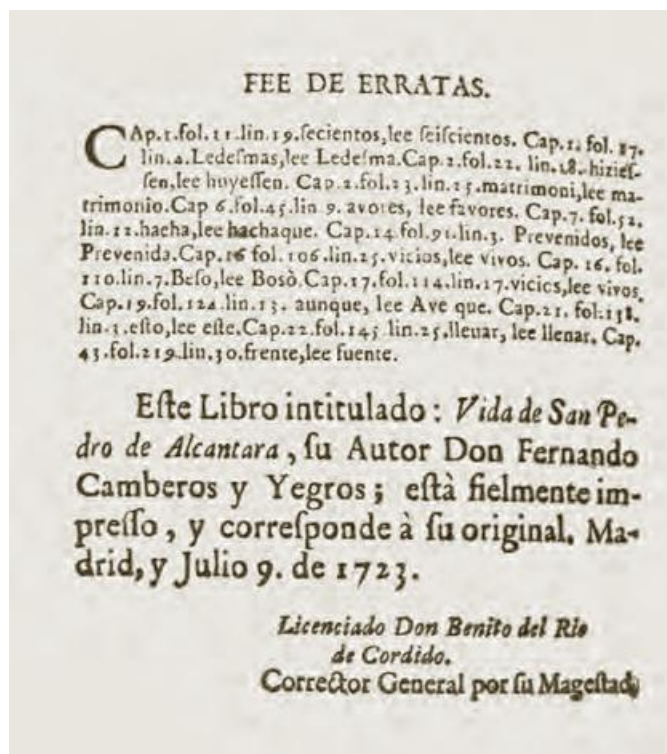


Fonte: Gaskell (1972)

O escritor discute elementos que são familiares à impressão manual, mas que se distinguem por serem mecanizados. Ele enfatiza as transformações em comparação com a era anterior, analisando e detalhando todas as técnicas de impressão mecanizada desde a década de 1850 até a década de 1970, ou seja, até o seu tempo. Cada seção do manual é independente, mas essencial para uma análise textual precisa e um estudo bibliográfico honesto de qualquer livro.

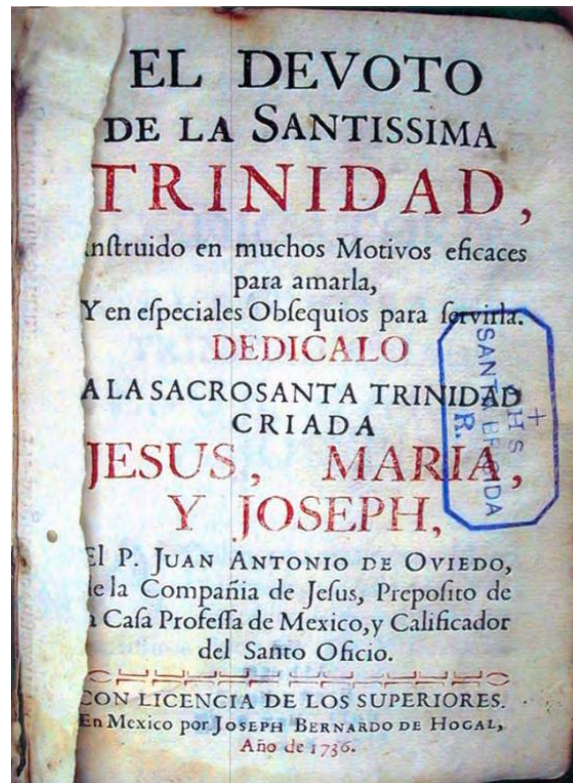
Outros exemplos também são encontrados no livro “Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo” de Idália García Aguilar. A autora destaca que a identificação de descrições materiais em livros antigos, através da prática da bibliografia material, torna-se um ponto necessário para o conhecimento entre o livro e outras disciplinas, como História ou a Literatura. A estrutura material, sendo essa o conjunto de partes que compõe os livros e distinguem de outras impressões, é composta pelas seguintes partes: capa, as preliminares, o texto da obra, as tabelas e os índices e o colofão.

Figura 22 – Tipo de fonte



Fonte: García Aguilar (2011)

Figura 23 – Capa bicolor



Fonte: García Aguilar (2011)

Figura 24 – Capa com borda



Fonte: García Aguilar (2011)

Figura 25 – Marca tipográfica



Fonte: García Aguilar (2011)

As imagens 23 e 24 representam tipos diferentes de composição para elaboração de capas, a imagem 23 faz o uso da combinação da cor vermelho e preto para criar um espaço de composição estética. Já a imagem 24, os dados gráficos são rodeados por uma borda, ornamento apresentado com combinações geométricas ou retangulares, formada por uma série de peças, iguais ou diferentes.

A imagem 25 é um exemplo de uma marca tipográfica, aparece regularmente em capas de livros e é um elemento de ornamentação. A gravura “pode ser uma alegoria, monograma, anagrama de vinheta ou sinal convencional que distingue um impressor e que pode até ser utilizado por outro impressor, quando a oficina é adquirida ou herdada por casamento” (García Aguilar, 2011, p. 241, tradução nossa).

A obra *Elements of bibliography: a guide to information sources and practical applications* (1998) de Robert B. Harmon deixa claro logo em sua introdução as mudanças que o estudo da Bibliografia vinha passando, principalmente por conta da era da informação, fazendo com que os profissionais assumissem um maior envolvimento com os métodos e aplicações bibliográficas.

O autor salienta que a necessidade da criação do livro com um guia seria para fornecer uma introdução ao estudo da bibliografia, apresentando algumas normas básicas para a

compilação bibliográfica, tendo como seu público-alvo bibliotecários ou qualquer pessoa que precise compilar uma bibliografia enumerativa ou descritiva.

O livro teve forte influência dos computadores e tecnologias para sua elaboração, contendo treze capítulos ao todo, e apenas os capítulos do 6 ao 9 analisa as aplicações de forma prática do processo bibliográfico. O capítulo 6 descreve métodos de compilação de bibliografias enumerativas e descritivas; o 7 fala sobre os fundamentos da citação bibliográfica; o capítulo 8 examina como avaliar instrumentos bibliográficos impressos e não impressos e o capítulo 9 analisa a utilização de fontes eletrônicas na pesquisa bibliográfica (Harmon, 1998).

Todos os manuais desempenharam um papel crucial na evolução da descrição dos documentos. A história textual dos livros deu o impulso inicial para o desenvolvimento da Bibliografia Material, garantindo que os ensinamentos se perpetuariam ao longo dos anos. Hoje, graças a esses conhecimentos, é possível determinar quais obras podem ser classificadas como livros raros. Além disso, esses conhecimentos permitem desenvolver metodologias para garantir que o profissional esteja familiarizado com o conteúdo textual da obra com a qual está trabalhando e determinar o local mais adequado para armazená-la.

No artigo “A trajetória de um exemplar e outras histórias que se revelam em suas páginas”, os autores Bibas e Azevedo (2022) discorrem sobre os fundamentos teóricos e metodológicos para descrever as características materiais do livro através das marcas de proveniência bibliográfica, sendo essenciais para compreender a formação das coleções e das bibliotecas e entender a própria história do livro.

Os autores adotaram o paradigma indiciário para a construção de sua análise utilizando os princípios da bibliografia material, utilizando das terminologias empregado por Buckland (1991) e Ginzburg (1989), referindo-se respectivamente ao paradigma como “formas de elementos que podem ser “lidos” em diferentes suportes”, sendo essas formas evidências ou pistas e referindo as marcas de proveniências como as “informações pelos quais o exemplar tinha passado e se havia algum dado dessa micro-história que pudesse lançar luz sobre uma narrativa repleta de lacunas”.

As marcas de proveniência são as fontes de informação do livro impresso e no texto é visto como artefato, “no qual a sua materialidade é capaz de nos fornecer informações que vão muito além do seu conteúdo textual” (Bibas, Azevedo, 2022).

A materialidade é entendida como um dos recursos descritivos dos livros, compreendida como diferentes formas em que a informação é apresentada ou armazenada e segundo Laufer (1966) quando os livros deixam o mercado comércio primário, suas marcas de origem tornam-

se marcas exteriores causadas pelo percurso em que passou ou através de transferência semântica,

o livro tem uma articulação dupla, semântica e material: ele é tanto significado quanto significante. [...] o importante é que a comunicação de qualquer mensagem implica uma transmissão material. O significado e a materialidade de um livro estão, portanto, de certa forma, inextricavelmente ligados, e é na contemplação desse vínculo que reside o prazer do verdadeiro bibliófilo ou leitor perspicaz (Laufer, 1966).

Bibas e Azevedo (2022) utilizou da Bibliografia Material para análise de uma obra datada de 1740, baseando em duas dimensões: a primeira sobre a edição, englobando a história de sua criação e os elementos materiais que surgiram com ele e a segunda sobre o exemplar, sendo elas as marcas de proveniência e a descrição historiográfica sobre sua jornada nas instituições, em conjunto com padrão da descrição bibliográfica de García Aguilar (2011).

A perspectiva de García Aguilar (2011) engloba a materialidade do livro impresso em um contexto cultural e social, estabelecendo as bases para a valorização patrimonial e institucional do livro e das coleções bibliográficas e segundo a mesma, a Bibliografia Material se integra ao campo da Biblioteconomia de duas formas: fornecendo informações bibliográficas e fundamentando pesquisas sobre a história do livro.

A Bibliografia Material é uma união dos seus próprios aspectos, possuindo natureza transdisciplinar, podendo ser relacionada ao contexto histórico-social, cultural, textual e literário, fornecendo diferentes tipos de informações. Bibas e Azevedo (2022) faz o uso das marcas de manufatura, ou tipográficas, de uso e de proveniência.

As **marcas de manufatura** se manifestam originalmente, e idealmente, em uma mesma edição, como a editoração tipográfica e textual, tipos de ilustração, impressores e processos de impressão, papel, formato, caracteres, e estão relacionadas à fabricação deste objeto. Na categoria de **marcas de uso** estão as marcas de proveniência/procedência e propriedade/posse, pois estas compreendem tudo que foi acrescentado ao exemplar após sua manufatura, registram várias mãos, intenções e momentos. Determinadas marcas nascem com finalidade de registrar a posse, como por exemplo, os carimbos úmidos e secos que as bibliotecas utilizam; os ex-libris impresso e manuscrito etc. Já outras determinam: a origem, a produção e a comercialização, tais como: as dedicatórias, as etiquetas de livreiros e dos encadernadores, dentre outros (Bibas, Azevedo, 2022, p. 312, grifo nosso).

Ainda podem ser incluídos nas marcas de proveniência os registros de dobras, marcadores de páginas, anotações manuscritas e as marginais¹⁴. Por isso a importância da análise material do exemplar, com elas é possível fazer o registro estruturados dessas informações e ser valiosos para a pesquisa histórica em um sentido mais amplo.

A capa do livro é um dos meios para poder colher dados essenciais para a elaboração de qualquer tipo de descrição bibliográfica, considerada como uma primeira fonte de informação (García Aguilar, 2011).

Figura 26 – Exemplo de fonte primária para informação



Fonte: García Aguilar (2011, p. 223)

As características históricas e culturais podem tornar o livro em um objeto raro, com o risco de roubos por serem livros especiais e a escassez que podem sofrer, tornando o exemplo único, e transformando em um objeto de colecionador, fazendo com que seu valor mercadológico aumente.

O aspecto histórico de um livro antigo permite atribuir a ele um valor patrimonial, o que o diferencia de outros semelhantes, e as marcas de proveniência acrescentam valor histórico aos livros antigos, fundamentais para identificação da sua trajetória, capaz de recompor coleções separadas auxiliando na compreensão dos fenômenos sociais relacionados ao livro (Aguilar García, 2011).

¹⁴ Termo que designa “coisas escritas na margem”; refere-se tanto à escrita como à decoração colocada nas margens de um manuscrito; estes elementos podem fazer parte do plano inicial do trabalho, mas também podem ser secundários ou mesmo de natureza excedentária (Faria, Pericão, 2008, p. 807).

De acordo com García Aguilar, a tipografia, apesar de ser um campo antigo e especializado para pesquisa, infelizmente não tem atraído muita atenção dos bibliógrafos materiais. A tipografia é utilizada apenas quando “considerada necessária quando o registro bibliográfico for utilizado para resultados vinculados a esse tipo específico de estudos, como os tipos utilizados por determinado impressor e que distinguem sua produção” (García Aguilar, 2011, p. 258, tradução nossa).

Figura 27 – Transcrição de um registro de gravura



Fonte: García Aguilar (2011, p. 223)

A autora defende uma técnica em que propõe que a apresentação, seja de uma gravura, escudo, marca de impressor etc., seja registrada com maior detalhamento possível, separando as características do elemento decorativo da capa, principalmente por conter caráter intercultural e suscetível a roubo.

Através de Pearson (1998 *apud* Bibas, Azevedo, 2022), as marcas mais comuns encontradas nos exemplares dos livros antigos são as feitas pelos próprios donos, como assinaturas, endereços, datas, dedicatórias etc., atraindo também olhares de pesquisadores para

bibliotecas particulares, principalmente pelo uso de carimbos, como o ex-libris¹⁵ para designar indicação de qualquer propriedade.

Figura 28 – Detalhe de um florão



Fonte: García Aguilar (2011)

Outra marca encontrada em livros é o florão, “um ornamento tipográfico que representa principalmente um vaso, um pote ou um cesto com flores (e por vezes animais)” (García Aguilar, 2011, p. 228, tradução nossa).

Conforme explica, Pearson (1998 *apud* Bibas, Azevedo, 2022), o uso de carimbos teve início no século XVI. Eles eram originalmente feitos de metal, madeira ou borracha e, depois de mergulhados em tinta, deixavam a marca de propriedade nas páginas dos livros. Com o tempo, elementos adicionais como monogramas e brasões foram incluídos, resultando em uma grande diversidade de formas e tamanhos. Pearson (1998) relata que instituições como bibliotecas e museus começaram a usar carimbos no século XVIII, optando por um design simples. A partir do século XIX, o carimbo se tornou comum nas bibliotecas, não apenas para indicar propriedade, mas também para outras práticas biblioteconômicas, como a identificação

¹⁵ “Os ex libris servem para designar toda a menção de posse de um livro; pode ser manuscrito e figurar em qualquer lugar do livro; quando é impresso ou gravado num pedaço de papel (ou excepcionalmente de outro material) está geralmente colado no verso da pasta da encadernação (Faria; Pericão, 2008, p. 514).

de uma coleção específica, o registro de datas de aquisição e, como ainda é visto hoje, às datas de empréstimo e devolução de obras.

Outro elemento que segue a descrição bibliográfica, é o valor textual dos elementos decorativos dos livros. O bibliógrafo tem que ser capaz de distinguir esses elementos, pois é o que proporciona maior visibilidade necessária na tarefa de sua socialização como bens patrimoniais e principalmente para que através desse conhecimento, possa ser evitado roubos das obras ou páginas que contenha esses elementos decorativos.

Sobre ornamentação dos livros, García Aguilar (2011) esclarece três elementos importantes:

- a) A primeira refere-se à técnica de gravura, que pode ser na madeira e que conhecemos como xilografia, ou no metal, que conhecemos como talhe-doce. [...] Essas diferenças se manifestam diretamente no livro com uma evidência simples: se a gravura for em madeira não deixa vestígios no papel, enquanto se for em metal, ao redor do elemento ornamental você pode ver uma espécie de moldura que é o vestígio do metal no papel.
- b) A segunda precisão refere-se à função do elemento ornamental dentro do livro, que podemos distinguir entre decorativo e ilustrativo. O primeiro é constituído por aqueles elementos que não têm relação direta com o texto e apenas decoram, como vinhetas ou blocos, enquanto o segundo é integrado por aqueles elementos que estão diretamente relacionados com o texto, como gravuras interiores ou retratos.
- c) A terceira precisão refere-se aos elementos decorativos que ocupam uma única folha e que não são considerados dentro da unidade de composição (a folha) ou da unidade de estrutura (o livreto).

Figura 29 – Técnica de gravura em madeira, conforme citação anterior



Fonte: García Aguilar (2011)

Figura 30 – Representação iconográfica clássica



Fonte: García Aguilar (2011)

Ao contrário de Pearson, os autores Greenhalgh e Manini (2015) falam que algumas instituições, como a Biblioteca Nacional, preferem não utilizar dos carimbos para que não haja perda informacional, principalmente em obras raras, levando a diminuição de seu valor patrimonial.

Os autores empregam a análise bibliológica como um mecanismo de segurança para prevenir roubos e furtos de livros raros. A análise bibliológica envolve uma descrição detalhada das características de cada exemplar, “é a técnica de colacionar os aspectos intrínsecos e extrínsecos à produção de um exemplar” (Greenhalgh; Manini, 2015, p. 22).

Segundo Pinheiro (2007), a análise bibliológica, ou colacionamento, apresenta como o processo de inspeção da estrutura material de um item e a identificação de seus componentes, com o objetivo de descrevê-lo como um monumento. A metodologia pode ser aplicada considerando o valor histórico e cultural, o aspecto bibliológico e a composição material do livro, comparação entre exemplares pode ser realizada em busca de informações e caso não for possível, a busca se volta para a descrição das características dos exemplares.

Pinheiro defende um colacionamento exaustivo em seis aspectos, apresentando um quadro para a metodologia de investigação das características dos livros raros e a descrição das notas geradas¹⁶.

Quadro 1 – Aspectos a serem observados no colacionamento do livro raro

1 Suporte	<ul style="list-style-type: none"> • natureza (papel, pergaminho, couros, tecidos) • linha e marca d'água • variantes morfológicas (lado da carne/lado do pelo, cicatrizes e defeitos do pergaminho; dimensões, textura, cor e espessura do papel)
2 Capa	<ul style="list-style-type: none"> • cobertura (material, decoração) • encadernação original, de época, em estilo, especiais, exóticas, artesanais • lombada, cortes, seixas • guarda, contraguarda, guarda volante • complementos: garras, fechos, amarras, ornamentos
3 Texto impresso	<ul style="list-style-type: none"> • mancha (título corrente, reclamo, assinatura) • arranjo (em colunas, sobreposto, em corandel, em fundo de lâmpada, em copo de médicos, em triângulo espanhol) • caracteres góticos, romanos, aldinos • signos tipográfico-bibliológicos: parágrafos, posituras • títulos • disposição do texto nas páginas, folhas, colunas
4 Ornamentação	<ul style="list-style-type: none"> • gravuras (água-forte, buril, xilogravura, litogravura) • aquarelas, iluminuras • assinaturas e marcas dos artistas gravadas ou impressas • elementos decorativos: vinhetas, cabeções, capitais • marcas tipográficas e heráldicas

¹⁶ Cada nota apontada na descrição deve atender a um objetivo – justificar uma entrada secundária ou favorecer a pesquisa por palavras-chave e a compilação de índices específicos (Pinheiro, 2012, p. 8).

5 Marcas intrínsecas e extrínsecas	<ul style="list-style-type: none"> • marcas de propriedade e posse (carimbo seco, carimbo molhado, Ex libris, ex dono, super libris, marca de fogo, chancela) • defeitos, incompletudes (originais e posteriores) • anotações manuscritas (de época, atuais) • marcas de comércio e intervenções (selos de livreiros, etiquetas de encadernadores) e de preparo biblioteconômico
6 Apresentação material e aspectos intelectuais	<ul style="list-style-type: none"> • natureza da obra • documentos encartados (carcela), dobrados, desdobrados • volumes unitários e coletivos • marcas de interferências gráficas posteriores à edição

Fonte: Pinheiro (2007, p. 6)

Após a era da impressão e do formato analógico, as bibliografias também começaram a ser produzidas eletronicamente e, mais recentemente, no ambiente da Web, com amplas possibilidades de aplicação e uso. Essas bibliografias estão situadas em diferentes contextos de aplicação e representam, em parte, tanto o desenvolvimento tecnológico que estimulou a expansão do trabalho bibliográfico quanto a utilização dos fundamentos da Bibliografia em cada contexto histórico (Alentejo, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bibliografia, como disciplina, parece ter perdido seu curso natural de evolução. Apesar da possibilidade de estudos em diversos formatos além do físico, é notável a diminuição das estruturas interpretativas e dos processos de transmissão textual que poderiam levar a novas abordagens.

Nessa perspectiva, Araujo, Crippa e Saldanha (2015), na visão de Serrai (2015), aponta a necessidade de uma revolução conceitual no campo de atuação da Bibliografia, pois atualmente, com as novas tecnologias, é preciso uma adaptação, não significando um descarte da concepção da bibliografia, mas a ampliação da concepção para além dos limites das bibliotecas e dos meios tradicionais.

Atualmente, com a abertura para novos estudos sobre a Bibliografia, houve manifestações para criações de debates sobre o tema, como o Seminário “A Arte da Bibliografia”¹⁷, realizado pela primeira vez em 2014, “resultado da necessidade de confrontar as reflexões de pesquisadores nacionais e internacionais que atuam no campo da reflexão bibliográfica” (Crippa, 2015, p. i).

Este texto discute as questões históricas da Bibliografia, considerando-a como ciência, método, técnica, tecnologia e arte. Ele sugere uma reavaliação conceitual e técnica da Bibliografia, enfatizando seu papel como uma disciplina que facilita a construção do conhecimento, particularmente nos contextos acadêmico e científico.

A última edição ocorreu em 2021, de forma online, em meio a pandemia, e com parceria internacional italiana, realizado pelo Departamento de Bens Culturais da Universidade de Bolonha (DBC-UNIBO) e apoio do IBICT. O seminário procurou promover um intercâmbio de informações entre os dois países, permitindo uma discussão sobre a percepção atual da Bibliografia. Giulia Crippa, em seu discurso de abertura, mencionou o impacto limitado da disciplina nos cursos de Biblioteconomia e foi concebido um espaço aberto para a conhecer autores brasileiros e internacionais, para entender e reconhecer as trajetórias recentes da disciplina, permitindo a continuação do debate de maneira transversal, pois a disciplina engloba vários outros campos.

O 2 Colóquio Internacional “Desafios Contemporâneos da Memória: A Bibliografia Material”¹⁸ e seus impactos no gerenciamento do patrimônio bibliográfico” de 2020 trouxe discussões importantes a disciplina, principalmente sobre tendências, mudanças e o uso da Bibliografia Material em outras áreas, destacando não apenas no campo como disciplina, mas poder refletir sobre o seu papel e função na prática da Biblioteconomia.

Alentejo em sua palestra “Esferas cognitivas da Bibliografia Material” propôs trazer como discussão a problemática de não ter na literatura uma definição do que realmente seja a matéria, falando sobre suas funções e peculiaridades que torna a Bibliografia Material interessante. Salienta que a Bibliografia foi a progenitora da Biblioteconomia, uma ajudou a preparar o caminho da outra, porém a partir do século XX, começou a se configurar como disciplina subsidiária da Biblioteconomia. Em 2015, Alentejo já falava sobre o sumiço da disciplina nos cursos de Biblioteconomia, que na época contava apenas com cinco cursos no país que tinha em sua base curricular o ensino da disciplina de Bibliografia.

¹⁷ Seminário disponível em: <https://www.youtube.com/live/L7nU7jOrhjs?si=8J1140fTTGTYPaUq>.

¹⁸ Colóquio disponível em: <https://youtu.be/3tToLHAs62A?si=nldANFQhTzUti62O>.

Considerando que a reintrodução da Bibliografia como disciplina é um fenômeno relativamente recente, especialmente no Brasil, acredito que ela possa vir a ser uma disciplina renovada com as novas pesquisas e métodos de estudos na qual está fazendo parte, representados nos artigos:

1. “A trajetória de um exemplar e outras histórias que se revelam em suas páginas” de Marli Gaspar Bibas e Fabiano Cataldo de Azevedo;
2. “Manuscritos da fé sob uma lupa: Aspectos da Bibliografia Material face aos livros de horas da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)” de Juliana Fernanda Colaço de Lima, André Vieira de Freitas Araujo e Diná Marques Pereira Araújo;
3. “Buscando os in-quarto: materialidade do livro e significado do texto” de Roger Laufer.

Com isso, abre uma possibilidade da reintegração da matéria aos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e é necessária uma continuidade da disciplina, pois embora possa ter muitas pesquisas internacionais, o Brasil tem potencial para produzir pesquisas em nível nacional.

Enquanto temos obras como a do Gaskell (1972) e Aguillar (2011), que demonstram as práticas e exemplos claros sobre a Bibliografia e a Bibliografia Material, aqui no Brasil encontram-se poucos artigos sobre esses tipos de análises, carecendo de obras e especialistas para essa literatura tão importante. E mostra também a dificuldade nas pesquisas, pois a disciplina possui ambiguidades e pode ser interpretada em diversos meios.

A Bibliografia Material pode trazer um renascimento para a disciplina, como mencionado no artigo “La bibliographie matérielle: renaissance d’une discipline” (2014) de Dominique Varry, ele traz o conceito da arqueologia do livro, onde o profissional bibliógrafo não seria apenas um colecionador, mas também um especialista nos processos de análise dos documentos e no estudo das técnicas de produção dos livros e com o simples ato de identificar a origem ou mesma a gráfica de um livro proibido por suas características tipográficas, já era um ato de Bibliografia Material

“O bibliógrafo não é apenas um colecionador de títulos ou um analisador de textos, mas um especialista cuja tarefa é aplicar seus conhecimentos da história da impressão e técnicas relacionadas ao estudo de livros, estabelecer sua autenticidade, especificar sua data e local de impressão e, finalmente, examinar todos os detalhes que lançam luz sobre as origens materiais de uma obra. Isso é especialmente verdadeiro para livros antigos. Em mais de um caso, a *bibliografia* ainda engloba a história do livro e mesmo a história literária” (Varry, 2014, p. 96, tradução nossa).

Com as tecnologias atuais, poderá estender a pesquisa para meios digitais e fazer uso de colaboração com diferentes instituições ao redor do mundo, facilitando o acesso a documentos em repositórios digitais e a comunicação de diversos pesquisadores. E o uso da análise bibliográfica, do campo da Bibliologia, permitirá uma maior promoção a proteção ao patrimônio antigo e a troca interdisciplinar entre as matérias. Com essa abertura, poderá trazer cada vez mais profissionais da Biblioteconomia e outras áreas do conhecimento para colaborar e manter o crescimento da Bibliografia, possibilitando estudar a história e a dimensão material dos livros.

6 REFERÊNCIAS

AGUILAR, Idalia García. Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo. UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

ALENTEJO, Eduardo. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 20-62, 2015.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 118-142, maio/ago. 2015.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliotecas, Bibliofilia e Bibliografia: alguns apontamentos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 183-201, 2016.

BIBAS, Marli Gaspar; DE AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A trajetória de um exemplar e outras histórias que se revelam em suas páginas. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 306-340, 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Apresentação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [200-a]. Disponível em: <http://www.bn.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, 1907. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103708/decreto-1825-07>.

BRASIL. Decreto nº 433, de 3 de julho de 1847. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1847. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-433-3-julho-1847-560144-publicacaooriginal-82761-pl.html>.

CALDEIRA, Paulo da Terra; CARVALHO, Maria de Lourdes Borges. O problema editorial da bibliografia brasileira corrente. **Revista de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 3/4, p. 210/216, jul./dez. 1980.

CALDEIRA, Paulo da Terra; CARVALHO, Maria de Lourdes Borges. Bibliografia retrospectiva: um instrumento para a análise do desenvolvimento científico e cultural do Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 1, 1980.

CRIPPA, Giulia. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 23-40, 2016.

CRIPPA, Giulia. Narrativa como gesto bibliográfico: Gabriel Naudé entre erudição e política. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, p. 21-35, 2017.

CRIPPA, Giulia. O desenvolvimento e o entrelaçamento entre bibliografia, bibliometria e política no Brasil. **Em Questão**, p. 14-38, 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. **Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1972.

ALMEIDA, Marco Antônio de. O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência. **Em Questão**, p. 243-263, 2019.

DE FARIA, Maria Isabel Ribeiro; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. Edusp, 2008.

ARAÚJO, Andre Vieira de Freitas. Concepção, dimensão e estrutura da Bibliotheca Universalis (1545) gesneriana: glosas bibliográficas a partir de sua Epistola Nuncupatoria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, n. Especial, p. 01-21, 2020.

GASKELL, Philip. **A new introduction to bibliography**. London: Oak Knoll Press, 1972.

GHAZIRI, Samir Mustapha; MOTTA, Carolina Caires. MCKENZIE, DF Bibliografía y sociología de los textos. Traducción Fernando Bouza. Madrid: Akal Ediciones, 2005.
Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 11, n. 1, 2009.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, 2021.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Uma política bibliográfica brasileira? O percurso histórico e político da bibliografia nacional no Brasil. **Bibliotheca. it**, v. 10, n. 2, p. 113-137, 2021.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 165-182, 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia?. **Informação & informação**, v. 23, n. 2, p. 127-151, 2018.

LAUFER, Roger. Pour une description scientifique du livre en tant qu'objet matériel. **Australian Journal of French Studies**, v. 3, p. 252, 1966.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografía e sociologia de textos**. Edusp, 2018.

MENEZES, Vinícios. O gesto bibliográfico e a modernidade. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 168-183, 2015.

PEÑA, Catalina Naumis. La bibliografía como disciplina y la metodología del repertorio bibliográfico. **Recursos bibliográficos y de información**. México: Facultad de Filosofía y Letras, Dirección General Asuntos del Personal Académico, Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2018.

- PINHEIRO, Ana Virgínia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. **Encontro Nacional de Catalogadores**, v. 1, 2012.
- PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Catálogos & bibliografias: evolução histórica do trabalho de controle bibliográfico. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 16, n. 2, 1987.
- POZZATTI, Valéria Rodrigues Oliveira et al. Mundaneum: o trabalho visionário de Paul Otlet e Henri La Fontaine. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, 2014.
- REYES-GÓMEZ, Fermín de los. **Manual de Bibliografía**. Castila Ediciones, 2010.
- RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patrícia da Silva. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao “pé da letra”. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 123, p. 33-48, 2007.
- SALDANHA, Gustavo Silva. A posição da Bibliografia na epistemologia de Peignot no Setecentos. **Informação & Informação**, 2015.
- ARAUJO, A. V. de F.; CRIPPA, G.; SALDANHA, G. S.; Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional “A Arte da Bibliografia”. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação-RBBD**, 2015. corrigir
- SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, v. 36, p. 54-63, 2007.
- TANSELLE, Thomas G. **Bibliographical analysis: a historical introduction**. Cambridge University Press, 2009.
- TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). **Ciência da Informação**, v. 29, p. 103-117, 2000.
- VARRY, Dominique. La bibliographie matérielle: renaissance d’une discipline. In: DUBOIS, François-Ronan. Dominique Varry (dir.). **50 ans d’histoire du livre: 1958-2008. Lectures**, p. 96-109, 2014.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker. Bibliografia de bibliografias: a contribuição de Edson Nery da Fonseca. **Em Questão**, p. 39-66, 2019.